



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SERGIPE

SEBRAE SERGIPE

Vinculado à SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Aracaju - SE/ fevereiro de 2017

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Tancredo Neves Nº 5500 - Bairro América
CEP: 49080-470 - Aracaju - Sergipe
Tel.: 79.2106.7700 - www.se.sebrae.com.br



SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SERGIPE

SEBRAE SERGIPE

Vinculado à SECRETARIA DE GOVERNO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e Portaria TCU Nº 59/2017.

Unidade de Auditoria e Controle Interno

Aracaju - SE/ fevereiro de 2017

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Av. Tancredo Neves Nº 5500 - Bairro América
CEP: 49080-470 - Aracaju - Sergipe
Tel.: 79.2106.7700 - www.se.sebrae.com.br

Lista de abreviaturas e siglas.

CDE – Conselho Deliberativo Estadual
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas – Aracaju
CDN – Conselho Deliberativo Nacional
CSN – Contribuição Social do SEBRAE/NA
CSO – Contribuição Social Ordinária
DIREX – Diretoria Executiva
DOU – Diário Oficial da União
EPP – Empresa de pequeno porte
FACIASE – Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris do Estado de Sergipe
FCDL – Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Sergipe
FIES – Federação das Indústrias do Estado de Sergipe
GT – Grupo de Trabalho
IEL – Instituto Euvaldo Lodi – Sergipe
ITPS - Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe
LG – Lei Geral
ME – Microempresa
MEI – Microempreendedor individual
MPE – Micro e pequena empresa
PIB – Produto interno bruto
PPA – Planejamento Plurianual
PMG – Plano de Melhoria da Gestão
PSEG – Programa SEBRAE de Excelência em Gestão
RG – Relatório de Gestão
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEBRAE/SE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe
SEDETEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência Tecnologia de Sergipe
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Sergipe
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Sergipe
SME – Sisema de Monitoramento Estratégico
TCU – Tribunal de Contas da União
UPC – Unidade Prestadora de Conta

Lista de figuras, quadros e gráficos.

Figura	Nome	Página
Figura 1	Público-alvo do SEBRAE	8
Figura 2	Ciclo do Planejamento	10
Figura 3	Os Pequenos Negócios em Sergipe	10
Figura 4	Organograma	15
Figura 5	Mapa Estratégico – SEBRAE/SE	24
Figura 6	Mapa estratégico (Resultados institucionais e indicadores de desempenho)	38
Figura 7	PMG – Planos de Ação (PA) Critério Sustentabilidade	57
Figura 8	PMG – Planos de Ação (PA) Critério Clientes	58
Figura 9	Transparência – Portal SEBRAE/SE	62
Figura 10	Transparência – Portal SEBRAE Nacional	63

Quadro	Nome	Página
Quadro 1	Unidades Organizacionais	16
Quadro 2	Macroprocessos Finalísticos	20
Quadro 3	Aplicação de Recursos por Objetivos Estratégicos Locais	23
Quadro 4	Aplicação de Recursos por Prioridade Local	24
Quadro 5	Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	25
Quadro 6	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas	26
Quadro 7	Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do RG	27
Quadro 8	Execução x Programação Orçamentária das Receitas	27
Quadro 9	Execução x Programação Orçamentária das Despesas	29
Quadro 10	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	30
Quadro 11	Despesas Totais por Modalidade de Contratação	31
Quadro 12	Metas Mobilizadoras	31
Quadro 13	Relatório Consolidado por Setor	33
Quadro 14	Carteira de projetos e atividades - 2016	33
Quadro 15	Taxa de Pequenos Negócios	38
Quadro 16	Indicadores de desempenho e de resultados - 2016	39
Quadro 17	Limites orçamentários - 2016	40
Quadro 18	Realizações por instrumento de atendimento - 2016	40
Quadro 19	Composição do Conselho Deliberativo Estadual - CDE	42
Quadro 20	Composição do Conselho Fiscal	44
Quadro 21	Composição da Diretoria Executiva – DIREX	45
Quadro 22	Processos Administrativos	45
Quadro 23	Remuneração da Diretoria Executiva	47
Quadro 24	Força de Trabalho da UPC	49
Quadro 25	Distribuição da Lotação Efetiva	50
Quadro 26	Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	50
Quadro 27	Despesas do pessoal	51
Quadro 28	Contratos de Locação	52
Quadro 29	Principais sistemas de informação	55

Quadro 30 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento 66

Gráfico	Nome	Página
Gráfico 1	– Programa ALI.....	32
Gráfico 2	– Programa Educação Empreendedora	32
Gráfico 3	– Programa Negócio a Negócio	32
Gráfico 4	– Programa SEBRAE Mais	33
Gráfico 5	– Programa SEBRAETEC	33
Gráfico 6	– Nota imagem do SEBRAE junto à sociedade (Sergipe x Nordeste x Brasil)	59
Gráfico 7	– A contribuição do SEBRAE para o Brasil (Sergipe x Nordeste x Brasil)	60
Gráfico 8	– Nota imagem SEBRAE junto aos pequenos negócios (Sergipe x Nordeste x Brasil).	60
Gráfico 9	– A contribuição do SEBRAE para o Brasil (Sergipe x Nordeste x Brasil)	61

Lista de anexos e apêndices

Carta Meta 6

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Sumário

1	APRESENTAÇÃO.....	7
2	VISÃO GERAL	8
2.1	Finalidade e competências.....	8
2.2	Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.	9
2.3	Ambiente de atuação	9
2.4	Organograma	14
2.5	Macroprocessos finalísticos	20
3	PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	23
3.1	Planejamento Organizacional	23
3.1.1	Objetivos do exercício	23
3.1.2	Estágio de implementação do planejamento estratégico	24
3.1.3	Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	24
3.2	Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos....	25
3.3	Desempenho Orçamentário.....	25
3.3.1	Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	25
3.3.2	Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	25
3.3.3	Execução descentralizada com transferência de recursos.....	25
3.3.4	Informações sobre a realização das receitas	27
3.3.5	Informações sobre a execução das despesas.....	29
3.4	Desempenho operacional	31
3.4.1	Metas mobilizadoras	31
3.4.2	Programas nacionais	32
3.4.3	Carteira de projetos	33
3.5	Apresentação e análise de indicadores de desempenho.....	38
4	GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	42
4.1	Descrição das estruturas de governança	42
4.2	Informações sobre dirigentes e colegiados.....	42
4.3	Atuação da unidade de auditoria interna	45
4.4	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	45
4.5	Gestão de riscos e controles internos	46
4.6	Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	47

4.7	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada.....	48
5	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	49
5.1	Gestão de pessoas.....	49
5.1.1	Estrutura de pessoal da unidade.....	49
5.1.2	Demonstrativo das despesas com pessoal.....	51
5.1.3	Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	52
5.2	Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	52
5.2.1	Informações sobre imóveis locados de terceiros.....	52
5.3	Gestão da tecnologia da informação	55
5.3.1	Principais sistemas de informações	55
5.3.2	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	56
5.4	Gestão ambiental e sustentabilidade.....	56
5.4.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	57
6	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	58
6.1	Canais de acesso do cidadão	58
6.2	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	59
6.3	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da UPC 61	
7	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	64
7.1	Desempenho financeiro no exercício.....	64
7.2	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	64
7.3	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	65
7.4	Demonstrações contábeis exigidas e notas explicativas	65
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	66
8.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	66
8.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	67
9	ANEXOS E APÊNDICES	70
9.1	Carta Meta 6.....	70
9.2	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....	71

1 APRESENTAÇÃO

O relatório de gestão está estruturado conforme as orientações do TCU dispostas no sistema informatizado de apresentação dos relatórios de gestão, o e-Contas, acessado através do portal do TCU e da Portaria - TCU Nº 59/2017, além de comentários e orientações da auditoria do SEBRAE Nacional.

Itens em que não houve ocorrência neste exercício ou cujo conteúdo não se aplica à unidade estão assinalados no e-Contas, onde as justificativas, no que couber, estão colocadas em campos próprios.

Itens não aplicáveis à realidade neste documento, mas não integrarão a peça final a ser postada

Com a missão de “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia de Sergipe e do Brasil” o SEBRAE/SE, atuando num Estado que 99 % dos estabelecimentos produtivos são pequenos negócios, tem sido um protagonista crucial para o desenvolvimento deste Estado.

Das suas ações pode ser destacado o reconhecimento dos pequenos negócios e da sociedade que, numa escala de 0 a 10 deram notas 8,50 e 8,60, respectivamente, conforme pesquisa de imagem conduzida pelo SEBRAENA e feita por empresa independente contratada. As notas Brasil foram de 8,34 e 8,50.

Com uma redução da ordem de R\$10 milhões entre a execução de 2015 e o orçamento de 2016, o SEBRAE/SE teve no exercício de 2016 um desempenho hercúleo, com a realização de todas as metas mobilizadoras e mais ainda a execução das metas físicas de atendimento em níveis superiores a 100% para seis de onze metas de atendimento e o indicador de desempenho “Taxa de Pequenos Negócios Atendidos” teve uma realização 102,5% do previsto. As demais metas de atendimento estiveram acima de 70% do previsto.

2 VISÃO GERAL

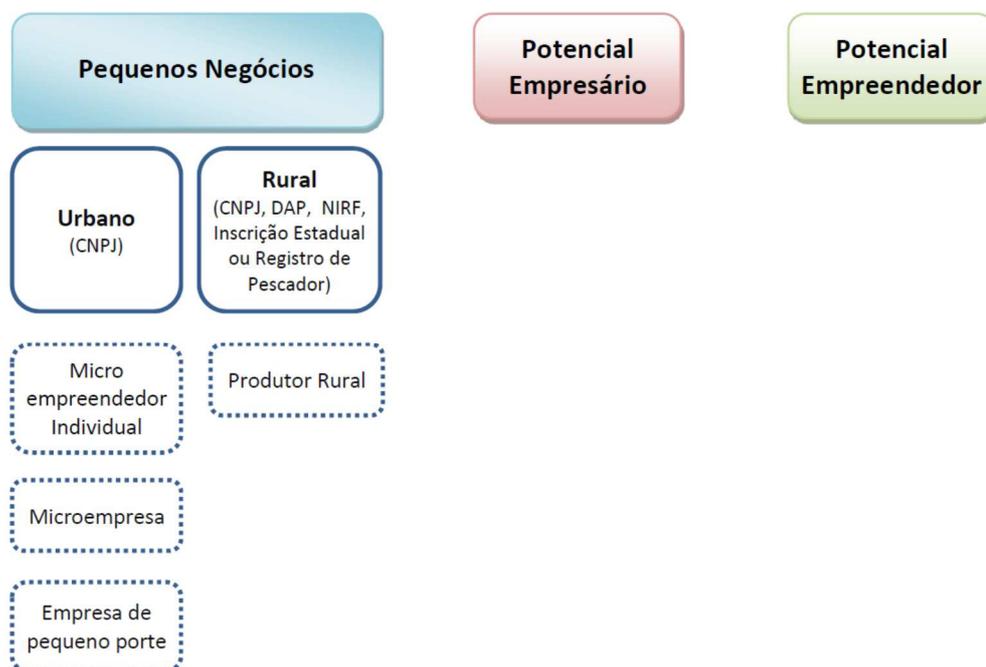
2.1 Finalidade e competências

Conforme expressada em sua missão cabe ao SEBRAE/SE “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia de Sergipe e do Brasil”.

O estatuto do SEBRAE/SE em seu art. 5º diz “O SEBRAE/SE, no seu âmbito territorial de atuação, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, mediante ações condizentes:...”.

Assim, concentra-se a unidade em realizar sua missão no desenvolvimento dos pequenos negócios e fomento ao empreendedorismo tendo o público-alvo como caracterizado na figura a seguir.

Figura 1 – Público-alvo do SEBRAE



Os instrumentos utilizados na operacionalização dos diversos produtos e serviços que compõem o portfólio do SEBRAE e que permitem atender às diversas necessidade/demandas dos clientes são:

- Consultorias;
- Cursos;
- Palestras;

- Oficinas;
- Seminários;
- Feiras;
- Missões e Caravanas;
- Rodadas de Negócios;
- Orientação Técnica; e
- Informação.

2.2 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.

O SEBRAE/NA foi criado pela Lei nº 8.029 de 12/04/1990 - DOU 13/04/1990 – e regulamentado pelo Decreto nº 99.570 de 09/10/1990 - DOU 10/10/90 e com as alterações da Lei nº 8.154 de 28/12/1990.

O SEBRAE/SE foi criado a partir da transformação do CEAG/SE que aderiu ao Sistema SEBRAE, conforme lhe facultava o art. 9º do Decreto nº 99.570, passando a se denominar Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe. Essa decisão foi homologada em reunião do Conselho Deliberativo no dia 15 de fevereiro de 1991.

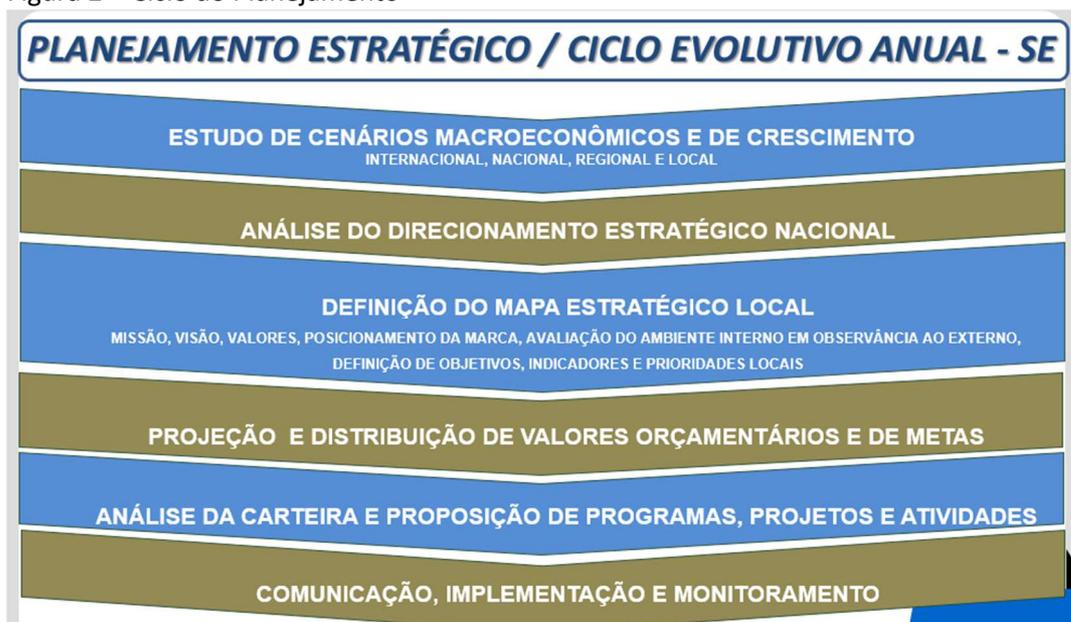
O Estatuto Social do SEBRAE/SE foi alterado e consolidado em reunião do Conselho Deliberativo Estadual - CDE de 24.02.2010, aprovado pela Resolução nº 02/2010 do CDE e encontra-se registrado no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju/SE no Livro A-52, às fls. 232 verso, sob o nº 48.388 em 26.03.2010 e homologado pelo CDN em 29/04/2010 – Estatuto Social.

Como instrumentos normativos, tem ainda o SEBRAE/SE: Regimento Interno do SEBRAE/SE (alteração e consolidação através da Resolução nº 07/2016 de 27 de setembro de 2016, do CDE, devidamente registrado no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju/SE, no Livro B 071, fls 68 a 88, sob nº 94.642, em 07/12/2016); Regimento Interno do Conselho Deliberativo, aprovado pela Resolução nº 06/2012 de 20/09/2012 do CDE, registrado no Cartório do 10º Ofício, no Livro A-103, às fls. 173 a 196 sob o nº 62156, em 06/12/2012); Regimento Interno do Conselho Fiscal, aprovado através da Resolução nº 12/2013, de 28/11/2013, registrado no Cartório do 10º Ofício da Comarca de Aracaju/SE, no Livro A/163, às fls. 163 e 172, sob o nº 66.116, em 20/01/2014, bem como o Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema S, consolidado e aprovado pela Resolução CDN nº 213/2011, de 18/05/2011, publicado no DOU de nº 100, de 26/05/2011.

2.3 Ambiente de atuação

O processo de construção do Plano de Trabalho e Orçamento 2016 seguiu os passos mostrados na Figura 2.

Figura 2 – Ciclo do Planejamento



Inicialmente, pode ser visto na Figura 3 a configuração do ambiente dos pequenos negócios em Sergipe, público-alvo da missão do SEBRAE/SE.

Figura 3 – Os Pequenos Negócios em Sergipe



No primeiro momento foram observados os cenários macroeconômicos e de crescimento nos ambientes internacional, nacional, regional e local, com as seguintes principais leituras relacionadas aos pequenos negócios.

No cenário nacional o resultado do crescimento do PIB, com variação de 0,1% de 2013 –em 2014, mostrou uma economia praticamente estagnada. Dados de início de 2015 apontavam queda nas expectativas dos empresários e nos resultados de diversos setores econômicos.

Em relação a janeiro de 2014, o ano de 2015 inicia com a indústria contraindo 0,9%, com destaque para a queda dos bens de capital e bens de consumo. No mesmo período, as vendas no varejo ampliado (que inclui veículos e materiais de construção) tiveram queda mais acentuada (-1,1%), e o setor de serviços registrou o menor crescimento nominal desde o início da série histórica em 2012.

Acompanhando o pífio desempenho da economia o desemprego segundo a PMC, o desemprego teve novo aumento, passando de 5,4% em janeiro para 5,9% em fevereiro de 2015. A população ocupada diminuiu, e um aumento maior da taxa de desemprego foi evitado pela redução da população economicamente ativa.

Na Pnad contínua (que abrange todo país), a taxa de desemprego alcançou 7,4% no trimestre encerado em fevereiro, 0,6 pontos percentuais acima do observado no mesmo período de 2014. Nos dados do CAGED (empregos formais), observa-se tendência semelhante de perda de postos de trabalho.

A inflação medida pelo IPCA no acumulado em 12 meses, demonstra uma variação que alcançou 8,13% em março de 2015, ante 7,70% no mês anterior, e 6,15% no mesmo período do ano passado. A inflação segue pressionada em 2015 em razão do impacto do câmbio mais depreciado e do reajuste dos preços monitorados; em particular, maior custo da energia elétrica sobre alguns preços livres.

Quanto à taxa de juro referencia SELIC em março de 2015 o Copom voltou a elevar a Selic em 0,50 p.p., para 12,75%. No Relatório de Inflação, publicado nesse mesmo mês, o Copom afirma que os “realinhamentos de preços em curso tendem a se circunscrever ao curto prazo e a se apresentar fortemente mitigados em 2016”. Nesta perspectiva, o mercado avalia que o ciclo de elevação da Selic está terminando.

No ponto de vista macroeconômico o desempenho da economia com queda no PIB – Produto Interno Bruto veio a impactar a arrecadação do sistema “S” com o desemprego nas grandes e médias empresas gerando ainda para o sistema SEBRAE, devido à queda da arrecadação de impostos do Governo Federal, uma ameaça de perda de recursos para o governo, o que se refletiu em um orçamento menor que o de 2015 em cerca de R\$10 milhões.

Neste ambiente nacional a economia de Sergipe para os pequenos negócios apresenta os aspectos como:

- O volume de vendas do comércio em Sergipe tem crescido, sistematicamente, a taxas menores do que as taxas agregadas para o Brasil;
- O volume de produção de petróleo e de gás natural teve um ponto de inflexão positivo em março de 2015 e cresceu 12,1% acima da média dos 12 últimos meses. Nas mesmas bases de comparação, o gás natural cresceu 8,8%;

- O destaque para o mercado de crédito em Sergipe está na redução da taxa de inadimplência tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas;
- Em Sergipe, as MPE geram, como no cenário nacional, mais empregos nos setores de comércio e serviços. Destaque-se que Sergipe apresenta um percentual superior ao Brasil nos setores de serviços e construção civil, em relação à geração de empregos;
- Em termos da massa de remuneração, as MPE correspondiam a cerca de 40% do total, no Brasil, no Nordeste e em Sergipe;
- O estado de Sergipe não está na rota de grandes projetos nacionais de infraestrutura, nem dos grandes investimentos que estão em andamento na base produtiva do país, ou mesmo da mais nova fronteira de expansão da agricultura nordestina (cerrados);
- A média salarial em Sergipe era menor que no Brasil e no Nordeste. Os setores de comércio e serviços tinham as menores médias salariais;
- Peso relevante do setor público na dinâmica econômica do estado, com 24%;
- A indústria é responsável por 30% da composição do PIB, taxa acima da encontrada no Nordeste e no Brasil;
- Predominância do setor serviços na composição do PIB com 65%;
- Destaques da base produtiva:
 - Exploração de Petróleo (petróleo e gás);
 - Projeto Carnalita (fertilizantes – Vale);
 - Produção agrícola tradicional (milho);
 - Produção agrícola/energias renováveis (etanol e biodiesel).

Na análise do ambiente interno do SEBRAE/SE o cenário mostrava:

- Análise de desempenho positivo do PPA 2014-2017;
- Análise de recursos econômicos e financeiros em queda;
- Mapeamento de possíveis instituições parceiras;
- Análise dos recursos humanos e estrutura organizacional com carência de adequações;
- Implementação de estudos para a atuação em encadeamentos produtivos;
- Definição do cronograma de implantação da estratégia;
- Consideração do crescimento do quadro de colaboradores em virtude do processo seletivo em execução;

- Análise do desempenho da carteira de projetos;
- Análise do tamanho e distribuição territorial da carteira de projetos;
- Redistribuição de projetos com os escritórios regionais

A atividade econômica mais fraca, aumento do desemprego, restrições monetária e fiscal, devem limitar a transmissão da inflação elevada para 2016.

A análise dos ambientes externos e internos conduziu à orientações para o Plano de Trabalho e Orçamento 2016, como:

- Ampliação do número de territórios priorizados para atendimento;
- Consolidação da presença em regiões com menor densidade empresarial;
- Adequação gradual da carteira de projetos em observância à evolução dos cenários.

A análise do ambiente identificou por cadeias produtivas principais as seguintes oportunidades de atuação:

Cadeia produtiva	Oportunidades
Minero-químico	i) adensar indústria gás-química (p.ex. tintas, PVC); ii) refino petróleo; iii) adensar indústria fertilizantes
Agronegócio	i) produção de leite; ii) laticínios; iii) abate de animais; iv) fabricação de rações; v) eucalipto
Têxtil e calçados	i) indústria do couro; ii) fibras sintéticas; iii) fabricação de jeans
Metal-mecânica	i) indústria naval (peças e pequenas embarcações); ii) peças para exploração de P&G; iii) fundição
Construção	i) construção residencial; ii) construção pesada; iii) material para construção (vidros)
Turismo	i) turismo em família ou grupo; ii) turismo de lazer; iii) turismo de negócios e eventos

Na análise do direcionamento estratégico, além de fazer a leitura e observar o direcionamento nacional, o SEBRAESE desenvolveu com consultores especializados trabalho de orientações ao direcionamento estratégico do SEBRAE/SE que também subsidiou o Plano de Trabalho e Orçamento de 2016.

As conclusões e recomendações desse trabalho foram:

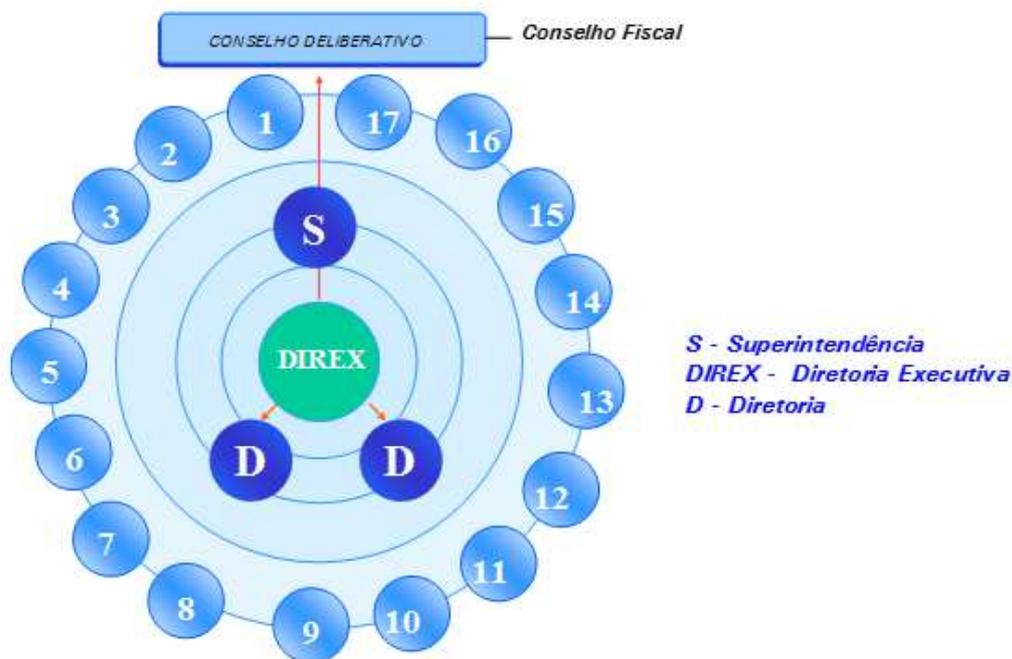
1. Estimular o crescimento e o desenvolvimento sustentável de polos produtivos regionais, capazes de gerar emprego e renda e de atender à crescente demanda nos diversos territórios do estado
2. Promover o desenvolvimento e o acesso dos pequenos negócios nos principais encadeamentos produtivos do estado
3. Ampliar a capilaridade e a cobertura de atendimento do Sebrae Sergipe nas regiões mais dinâmicas e com maior potencial empreendedor do estado
4. Promover ação transformadora dos pequenos negócios, com oferta de soluções customizadas às demandas setoriais e regionais e adequadas aos condicionantes conjunturais do ambiente de negócios
5. Estimular o aumento do dinamismo do ecossistema empreendedor em Sergipe, tendo em vista a geração de novas empresas, o aumento da competitividade e a sobrevivência dos pequenos negócios
6. Garantir a adesão institucional às prioridades estratégicas e aprimorar a qualidade das informações para tomada de decisão
7. Aumentar a eficiência operacional, a celeridade dos processos decisórios e a integração entre as unidades, os escritórios regionais e a diretoria executiva
8. Estimular a atitude empreendedora dos colaboradores e o reconhecimento profissional, com base nas melhores práticas meritocráticas

Como visto as orientações da leitura de cenários feita por especialistas e o trabalho de orientações estratégicas desenvolvido mostra uma convergência que norteou o Plano de Trabalho e Orçamento para 2016.

2.4 Organograma

O organograma do SEBRAE/SE em 31/12/2016 está representado na Figura 4 a seguir, com uma descrição sucinta, em quadro adiante, da missão atribuída às unidades que compõem os níveis estratégico e tático da estrutura organizacional com a identificação dos respectivos titulares, cargo e o período de atuação na função da respectiva unidade dentro do exercício 2016.

Figura 4 – Organograma



Unidades



- | | | |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------|
| 1. Unidade de Atendimento Individual - UAI | 6. Unidade de Soluções Empresariais - USE | 12. Unidade de Contabilidade - UCON |
| 2. Unidade de Atendimento Coletivo – Indústria – UAC/IND | 7. Unidade de Projetos Especiais – UPE | 13. Unidade de Administração - UAD |
| 3. Unidade de Atendimento Coletivo – Comércio e Serviços – UAC/CS | 8. Unidade de Relacionamento Institucional - URI | 14. Unidade de Assessoria Jurídica - UASJUR |
| 4. Unidade de Atendimento Coletivo – Agronegócios – UAC/AGRO | 9. Unidade de Gestão Estratégica - UGE | 15. Unidade de Marketing e Comunicação - UMC |
| 5. Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial - UPPDT | 10. Unidade de Auditoria e Controle Interno - UAUCI | 16. Unidade de Gestão de Pessoas - UGP |
| | 11. Unidade de Administração Financeira - UAFI | 17. Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação - UTI |

Quadro 1 – Unidades Organizacionais

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências: Missão	Titular	Cargo	Período de Atuação
Unidades de Atuação Finalística				
I - Unidade de Atendimento Individual - UAI	Missão: Garantir Atendimento Individual às micro e pequenas empresas e empreendedores, de forma extensiva, intensiva, continuada e com foco em resultados efetivos.	Débora de Aragão Mendonça	Gerente	01/01 a 31/12/2016
II - Unidade de Atendimento Coletivo – Indústria – UAC/IND	Missão: Contribuir na implementação das ações dos projetos finalísticos incluídos na carteira da indústria, com foco nos resultados pactuados, atuando em cooperação institucional para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.	Paulo Afonso Marques de Souza	Gerente	01/01 a 31/12/2016
		José Leite Prado Filho	Gerente	
III - Unidade de Atendimento Coletivo - Comércio e Serviços – UAC/CS	Missão: Contribuir na implementação das ações dos projetos de atendimento incluídos na carteira de comércio e serviços, com foco nos resultados pactuados.	Maria Julia Barreto Vasconcelos Mércia Menezes Aragão	Gerente	01/01 a 31/12/2016
IV - Unidade de Atendimento Coletivo – Agronegócios – UAC/AGRO	Missão: Contribuir na implementação das ações dos projetos finalísticos incluídos na carteira de agronegócios, com foco nos resultados pactuados.	Angela Maria de Souza	Gerente	01/01 a 31/12/2016
V - Unidade de Desenvolvimento Territorial - UDT (1)	Missão: Promover e implementar programas e projetos específicos para o desenvolvimento dos territórios, com foco em resultados efetivos.	Pedro Gomes Fiscina Filho	Gerente	01/01 a 05/09/2016
Unidades de Conhecimento e Articulação				
I - Unidade de Soluções Empresariais – USE	Missão: Prover o SEBRAE/SE de conhecimentos e soluções de fomento à inovação e tecnologia em abordagens individuais e coletivas, de informação e de consultoria tecnológica, na área de gestão empresarial para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.	Ana Teresa da Silva Neto	Gerente	01/01 a 31/12/2016
II - Unidade de Políticas Públicas e	Missão: Desenvolver ações e articular políticas públicas visando a criação de ambiente favorável à formalização,	Pedro Gomes Fiscina Filho	Gerente	05/09 a 31/12/2016

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências: Missão	Titular	Cargo	Período de Atuação
Desenvolvimento Territorial – UPPDT (1)	competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios e promover e implementar programas e projetos específicos para o desenvolvimento de territórios, com foco em resultados efetivos.		Gerente	
III – Unidade de Projetos Especiais	Missão: Conceber, articular, negociar e gerir projetos estruturantes visando ao desenvolvimento do Estado de Sergipe, através da articulação e implementação de alianças estratégicas institucionais com entidades públicas e privadas, bem como de parcerias internas com as Unidades de Atendimento, com ações de promoção do acesso e a ampliação de mercados interno e externo, através do estabelecimento de relações internacionais destinadas ao intercâmbio de melhores práticas comerciais; e prover o público alvo do SEBRAE/SE de conhecimentos e soluções de fomento à educação empreendedora e de capacitação empresarial.	José Leite Prado Filho	Gerente	01/01 a 05/09/2016
		Paulo Afonso Marques de Souza	Gerente	05/09 a 31/12/2016
IV - Unidade de Políticas Públicas – UPP (1)	Missão: Desenvolver ações e articular políticas públicas visando a criação de ambiente favorável à competitividade e sustentabilidade das micro e pequenas empresas, a formalização dos pequenos negócios e implementação de parcerias por meio de relacionamento institucional com entidades públicas e privadas.	Adeilson Graça Leite	Gerente	01/01 a 05/09/2015
Unidades de Suporte e Gestão				
I - Unidade de Gestão Estratégica – UGE	Missão: Criar condições para o SEBRAE/SE atuar estrategicamente no alcance de sua missão institucional, utilizando dos processos de planejamento, monitoramento, conhecimento, bem como formular e gerir o processo orçamentário, gerando consistentes e confiáveis informações legais e gerenciais.	Edilson Santos Nascimento	Gerente	01/01 a 16/02/2016
		Maria Auxiliadora Alves da Silva Mendonça	Gerente	16/02 a 31/12/2016

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências: Missão	Titular	Cargo	Período de Atuação
II - Unidade de Auditoria e Controle Interno- UAUCI	Missão: Prover assessoramento para a efetiva e transparente aplicação dos recursos do SEBRAE/SE, tendo como referencial os normativos de controles internos e externos, e dotar o SEBRAE/SE de um conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, bem como auxiliar ao Conselho Deliberativo Estadual - CDE e ao Conselho Fiscal no processo de interlocução com empresa de auditoria independente e de compliance.	Erathosthenes Menezes Júnior	Gerente	01/01 a 05/09/2016
		Adeilson Graça Leite	Gerente	05/09 a 31/12/2016
III - Unidade de Administração Financeira - UAFI	Missão: Administrar os recursos financeiros e promover as políticas financeiras através do desenvolvimento de ações de suporte às operações do SEBRAE/SE.	Sônia Maria dos Santos	Gerente	01/01 a 31/12/2016
IV - Unidade de Contabilidade - UCON	Missão: Formular e gerir o processo contábil, garantindo a consistência das informações legais e gerenciais do SEBRAE/SE.	Jorge Luiz Vieira	Gerente	01/01 a 31/12/2016
V - Unidade de Administração – UAD	Missão: Responder pela gestão e controle dos recursos administrativos, gestão de processo de aquisições e gestão patrimonial, garantindo o apoio coordenado a todas as Unidades organizacionais.	Andreia Ismerim Silva Tenório	Gerente	01/01 a 04/09/2016
		Erathosthenes Menezes Júnior	Gerente	05/09 a 31/12/2016
VI – Unidade de Relações Institucionais	Missão: Responder pela gestão e controle das relações institucionais e parcerias, e, administrar soluções completas para a organização de eventos, satisfazendo plenamente as necessidades dos clientes internos e parceiros.	Maria Julia Barreto Vasconcelos	Gerente	05/09 a 31/12/2016
VII - Unidade de Assessoria Jurídica – UASJUR	Missão: Prestar consultoria jurídica e assessoria judicial e extrajudicial ao SEBRAE/SE na administração e defesa de seus interesses institucionais e na disponibilização de entendimentos jurídicos sobre legislação.	Cassandra Freire Sandes Lopes	Gerente	01/01 a 31/12/2016

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências: Missão	Titular	Cargo	Período de Atuação
VIII - Unidade de Marketing e Comunicação - UMC	Missão: Promover a divulgação da atuação do SEBRAE/SE junto à sociedade empreendedora, realizando a compreensão de sua missão e a acessibilidade aos seus projetos e serviços.	José Luiz Zacharias Fialho	Gerente	01/01 a 31/12/2016
IX - Unidade de Gestão de Pessoas – UGP	Missão: Promover a gestão de pessoas, visando suprir e desenvolver competências para o alcance dos objetivos organizacionais do SEBRAE/SE.	Maria Bethânia Costa Cabral Garcia Moreno	Gerente	01/01 a 31/12/2016
X - Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação – UTI	Missão: Promover e coordenar as ações relacionadas com a utilização da tecnologia da informação e comunicação no SEBRAE/SE.	Marilene Joaquim Azevedo Andrade Alisson Santos Maia Geraldo Pimenta dos Reis Neto	Gerente Gerente Gerente	01/01 a 05/09/2016 05/09 a 10/10/2016 10/10 a 31/12/2016

Notas: (1) – A partir de 05/09 há a fusão das unidades UPP – Unidade de Políticas Públicas com a UDT – Unidade de Desenvolvimento Territorial, sendo criada a UPPDT - Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial.

2.5 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos ou de negócio trabalhados na instituição estão mapeados conforme quadro a seguir:

Quadro 2 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
POTENCIALIZAÇÃO DO AMBIENTE FAVORÁVEL AOS PEQUENOS NEGÓCIOS	Atuar com parceiros, incluindo as três esferas do governo, no desenvolvimento em ações/ iniciativas para o ambiente de negócios que desenvolvam as potencialidades e vocações locais, o empreendedorismo e a abertura de novos negócios. Participar e influenciar na formulação e implementação de políticas que beneficie os pequenos negócios	Institucionalização de Políticas de Desenvolvimento: Desenvolver ações e articular parcerias para fomentar o estabelecimento de políticas públicas, visando a criação de ambiente favorável aos pequenos negócios, incluindo ações para regulamentação, implementação e monitoramento da Lei Geral	Governos municipais, pequenos negócios, potenciais empresários e sociedade.	UPPDT
ARTICULAÇÃO E GESTÃO DE PARCERIAS	Atuar com parceiros com o objetivo de intensificar e aumentar a capacidade de execução do SEBRAE e implementar ações/ iniciativas para o desenvolvimento das potencialidades e vocações locais, o	Articulação de Parcerias: Mapear as necessidades do SEBRAE/SE, identificar potenciais parceiros e estabelecer as parcerias para atendimento às demandas	Unidades operacionais do SEBRAE/SE e organizações parceiras	UPPDT e UPE

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
	empreendedorismo e a abertura de novos negócios.	estratégicas e operacionais.		
INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS	Monitorar e analisar o mercado dos pequenos negócios e suas tendências com o objetivo de identificar oportunidades e gerar ideias que possam auxiliar a tomada de decisão e aprimorar a atuação do Sebrae/SE.	Análise do cenário sócio-econômico e ambiente dos Pequenos Negócios, bem como sobre as tendências políticas, legais, econômicas, mercadológicas, sociais e tecnológicas que impactem o ambiente dos pequenos negócios, a fim de subsidiar a estratégia de atuação do Sebrae SE.	SEBRAE/SE, entidades, empresários e sociedade	UGE
ATENDIMENTO A MERCADO E CLIENTES	Definir as estratégias de atendimento em alinhamento às necessidades e expectativas de cada segmento de clientes e executá-las por meio da oferta de produtos e serviços.	Produtos e soluções que atendam as necessidades dos clientes (Orientação e Informação, Cursos, Palestras, Oficinas, Consultoria, Missões, Feiras, Rodadas de negócio, Projetos, Acesso a eventos de mercado,	Os segmentos de clientes (MEI, ME, EPP, PR, potencial empresário e potencial empreendedor) e mercado para definição de produtos e soluções.	UAI e demais unidades de atendimento (UAC-CS, UAC-IND e UAC-AGRO) e unidades de conhecimento (UPE e USE)

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
		Acesso a serviços financeiros etc.)		
GESTÃO DO RELACIONAMENTO COM CLIENTE	Garantir atuação adequada para cada um dos segmentos de clientes, alinhando processos internos de customização e execução de soluções.	Identificação, estruturação e monitoramento de canais de relacionamento com os clientes	Todos os segmentos de clientes (MEI, ME, EPP, produtor rural, potencial empresário e potencial empreendedor).	UMC em parceria com UAI, UAC-CS, UAC-IND, UAC-AGRO.

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 Planejamento Organizacional

3.1.1 Objetivos do exercício

Conforme o mapa estratégico do SEBRAE/SE os seus objetivos estratégicos estão assim definidos:

P1-Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.

P2-Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.

P3-Promover a educação e a cultura empreendedora.

P5-Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos.

P6-Ter excelência na aplicação dos produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.

P7-Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação de resultados.

R1-Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.

O monitoramento de realização dos objetivos estratégicos é feito através das RAEs – Reuniões de Acompanhamento da Estratégia.

No exercício de 2016 a aplicação de recursos entre os objetivos estratégicos locais teve a seguinte distribuição:

Quadro 3 – Aplicação de Recursos por Objetivos Estratégicos Locais

Estratégia Objetivo Local	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executado Original	% Executado Ajustado	% Participação
P1-Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente.	9.588.318	13.139.947	9.448.913	98,5%	71,9%	50,0%
P2-Potencializar um ambiente favorável para o desenvolvimento dos pequenos negócios.	1.980.000	674.550	370.198	18,7%	54,9%	2,0%
P3-Promover a educação e a cultura empreendedora.	660.000	1.126.550	823.456	124,8%	73,1%	4,4%
P5-Articular e fortalecer a rede de parceiros estratégicos.	1.974.644	1.811.184	1.263.502	64,0%	69,8%	6,7%
P6-Ter excelência na aplicação dos produtos, serviços e canais de comunicação e atendimento adequados aos segmentos de clientes.	446.114	644.361	546.540	122,5%	84,8%	2,9%
P7-Assegurar a efetividade e a transparência na aplicação dos recursos e na comunicação de resultados.	280.000	330.000	292.601	104,5%	88,7%	1,5%
R1-Desenvolver e reter capital humano comprometido, motivado e com competências voltadas à inovação e à obtenção de resultados.	0	6.150.523	6.150.523	0,0%	100,0%	32,5%
Total	14.929.076	23.877.115	18.895.733	126,6%	79,1%	100,0%

• Filtros : PPA: PPA 2016 - 2019 | Fotografia: Dezembro | Ano: 2016 | Sebrae: SE |

Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

Como trabalha tendo por centro o atendimento à sua clientela, o objetivo estratégico “P1-Ter excelência no atendimento, com foco no resultado para o cliente” concentra sozinho 50% das aplicações no exercício.

Na leitura das prioridades a aplicação é a mostrada no Quadro 4.

Quadro 4 – Aplicação de Recursos por Prioridade Local

Estratégia Prioridade Local	Previsto Original	Previsto Ajustado	Total Executado	% Executado Original	% Executado Ajustado	% Participação
Ampliar a capilaridade e a cobertura de atendimento do Sebrae/SE nos territórios do Alto Sertão, Baixo São Francisco e Agreste Sergipano.	2.310.305	2.517.715	2.152.962	93,2%	85,5%	16,9%
Aumentar a eficiência da gestão dos pequenos negócios nos territórios do Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo São Francisco, Agreste Central, Leste, Grande Aracaju, Centro Sul e Sul Sergipano.	7.278.013	10.622.232	7.295.951	100,2%	68,7%	57,2%
Estimular o aumento do dinamismo do ecossistema empreendedor em Sergipe.	0	525.750	276.393	0,0%	52,6%	2,2%
Implementar a gestão de e por processos.	280.000	330.000	292.601	104,5%	88,7%	2,3%
Intensificar a aproximação de parceiros estratégicos e articulação com novos, visando à captação de recursos que potencializem a atuação do Sebrae/SE.	1.974.644	1.811.184	1.263.502	64,0%	69,8%	9,9%
Intensificar a campanha e as ações de disseminação da cultura empreendedora nas regiões com maior potencial.	660.000	1.126.550	823.456	124,8%	73,1%	6,5%
Ofertar soluções customizadas às demandas setoriais e regionais e adequadas aos condicionantes conjun	446.114	644.361	546.540	122,5%	84,8%	4,3%
Promover o acesso e o desenvolvimento dos pequenos negócios nos principais encadeamentos e polos p	1.980.000	148.800	93.805	4,7%	63,0%	0,7%
Total	14.929.076	17.726.592	12.745.210	85,4%	71,9%	100,0%

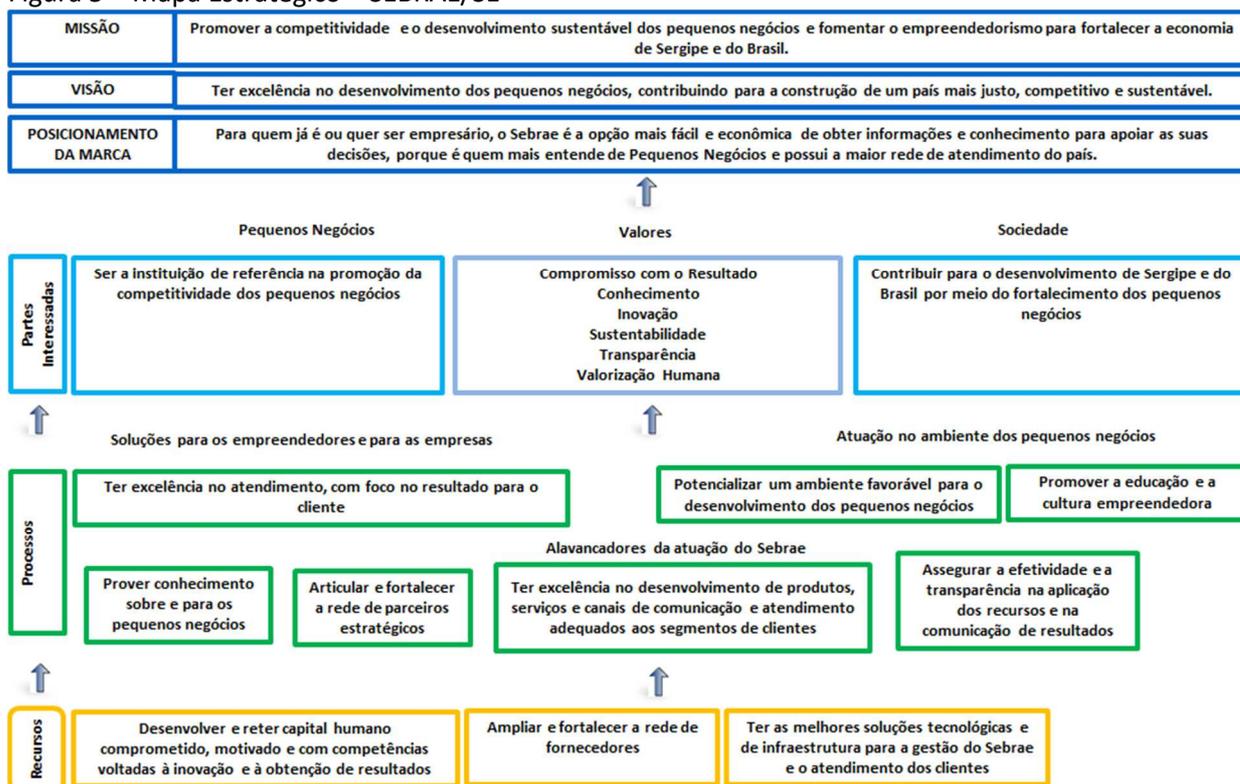
* Filtros : PPA: PPA 2016 - 2019 | Fotografia: Dezembro | Ano: 2016 | Sebrae: SE |

Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O SEBRAE/SE tem o seu PPA – Planejamento Plurianual feito para quadriênios e anualmente revisado. Para 2016, pelas razões de instabilidade e retração econômica, teve o SEBRAE/SE o seu planejamento feito para o exercício. Mesmo assim, quando da elaboração do Plano de Trabalho e Orçamento 2016 foi feita a avaliação e revisão do planejamento estratégico, resultando na representação a seguir através do mapa estratégico.

Figura 5 – Mapa Estratégico – SEBRAE/SE



O monitoramento da estratégia é feito através das RAEs – Reuniões de Acompanhamento da Estratégia.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os planos do SEBRAE/SE são elaborados de acordo com sua missão e competências, em alinhamento com os planos do SEBRAE Nacional, entidade coordenadora do Sistema SEBRAE.

3.2 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

No seu dia a dia a unidade dispõe de diversas ferramentas que suporte ao monitoramento da execução e resultados dos planos, sendo o SME – Sistema de Monitoramento Estratégico, o BI (Business intelligence) que reúne e compara os dados de planejamento e execução extraídos do SGE – Sistema de Gestão Estratégica (dados de planejamento), do RM Totvs (dados de execução financeira) e do SIACweb – Sistema Integrado de Atendimento ao Cliente e SAS – Sistema de Atendimento SEBRAE (sistemas de dados de execução física). O SGE também é ferramenta de gestão da carteira de projetos.

Através dos Boletins de Monitoramento Estratégico emitidos pelo SEBRAE/NA a partir do SME – Sistema de Monitoramento Estratégico são, mensalmente, produzidos um resumo da execução orçamentária e física da unidade e apresentados ao CDE – Conselho Deliberativo Estadual. Com o corpo gerencial e diretoria o monitoramento da execução e os resultados são acompanhados através das RAE – Reunião de Acompanhamento da Estratégia, realizadas trimestralmente. Ao Conselho Fiscal cabe a análise dos demonstrativos contábeis em reuniões trimestrais. Também trimestralmente a unidade é auditada por auditoria independente contratada pelo SEBRAE/NA.

3.3 Desempenho Orçamentário

3.3.1 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

O Sebrae, por sua natureza de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, não possui atividades relacionadas com a execução física e financeira da LOA. Portanto, o referido item não se aplica ao Relatório de Gestão do Sebrae.

3.3.2 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Não houve fatores merecedores de registros como causadores de interferência na execução orçamentária da unidade.

3.3.3 Execução descentralizada com transferência de recursos

As transferências de recursos para execução de ações direcionadas ao público-alvo do SEBRAE/SE nos anos de 2014 a 2016 são condensadas conforme quadro a seguir.

Quadro 5– Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	SEBRAE/SE					
Modalidade	Quantidade de			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	4	6	5	651.550,00	341.896,92	466.900,58
Contrato de repasse						
Totais	5	6	5	691.550,00	341.896,92	466.900,58

Fonte: UCON – Unidade de Contabilidade

A execução mediante transferências em 2016 aconteceu para as organizações e nos valores que seguem:

Convênio 04/2015 SENAR	R\$ 420.000,00
Convênio 03/2016 CESUL	R\$ 46.550,00
Convênio 01/2016 UNIT	R\$ 100.000,00
Convênio 04/2016 UFS/FAPESE	R\$ 85.000,00

O primeiro convênio da relação se refere à operação das ações da metodologia do Negócio Certo Rural no projeto Sertão Empreendedor e os demais convênios dizem respeito à execução ações de promoção do empreendedorismo conforme Edital de Chamada Pública SEBRAE nº 01/2015 – Educação Empreendedora em Instituições de Ensino Superior.

Quanto à prestação de contas desses convênios, estão todos em execução da primeira parcela sem ainda prestações de contas realizadas.

Os quadros que seguem apresentam informações de prestações de contas apresentadas e das aprovações. Não há registro de prestações de contas em atraso.

Quadro 6– Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas

Unidade Concedente				
Nome: SEBRAE/SE				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	1	
		Montante Repassado	103.357,32	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		
		Montante Repassado		

Fonte: UCON – Unidade de Contabilidade

Quadro 7– Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do RG

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: SEBRAE/SE			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada	1	
	Quantidade reprovada		
	Quantidade de TCE instauradas		
	Montante repassado (R\$)	103.357,32	
Contas NÃO analisadas	Quantidade		
	Montante repassado (R\$)		
Fonte: UCON – Unidade de Contabilidade			

3.3.4 Informações sobre a realização das receitas

Quadro 8 – Execução x Programação Orçamentária das Receitas

SEBRAE: SE (R\$ mil)						
Receitas	Prevista no Ano	Prevista no Ano	Prevista no Ano	Executada	Executada	Executada
	Original (a)	Ajustado (b)	% Δ (b/a)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
Receitas Correntes	39,669	46,808	18.0%	45,987	115.9%	98.2%
Contribuição Social Ordinária	31,401	31,401	0,0%	33,140	105.5%	105.5%
CSO - Saldo Exercício Anterior	0	2,623	0,0%	2,623	0,0%	100.0%
CSO - Ressarcimentos	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
CS do Sebrae/NA - Aprovada	4,958	8,515	71.7%	6,276	126.6%	73.7%
CS do Sebrae/NA - Proposta	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Convênios com Sebrae/NA	0	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Convênios com Parceiros	1,633	132	-91.9%	154	9.5%	117.0%
Aplicações Financeiras	900	900	0,0%	1,587	176.3%	176.3%
Empresas Beneficiadas	727	3,188	338.5%	1,916	263.5%	60.1%
Outras Receitas	50	50	0,0%	291	582.2%	582.2%
Déficit Corrente				0		
Receitas de Capital	0	4,517	0,0%	4,517	0,0%	100.0%
Alienação de Bens	0	116	0,0%	116	0,0%	100.0%
Operações de Crédito	0	4,401	0,0%	4,401	0,0%	100.0%
Saldo Financeiro de Exercício	1,800	1,800	0,0%	0	0,0%	0,0%
Receitas Totais	41,469	53,126	28.1%	50,505	121.8%	95.1%
Déficit Total				0		
Total Geral Receitas	41,469	53,126	28.1%	50,505	121.8%	95.1%

Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

As receitas da unidade tiveram o comportamento do quadro anterior com as variações que são comentadas na sequência.

Das receitas correntes:

- CSO – Saldo de Exercícios Anteriores: A variação foi maior em relação ao planejado original devido às incorporações: de R\$2.500.000,00 referente a Reprogramação da CSO de 2015 para 2016 e do excesso de arrecadação referente a parcela do segundo semestre de 2015 no valor de R\$ 122.540,00. Ressalto que ocorreu repactuação no planejamento desse recurso em junho/2016.
- Contribuição Social do Sebrae/NA – CSN: Houve repactuação desse recurso em junho/2016 no planejamento, por conta da incorporação de CSN em diversos projetos, sendo que isso ocorreu principalmente nos Programas ALI, Sebraetec, Educação Empreendedora e no projeto referente à Implementação da Redesimples. Diante disso, explica-se a execução maior do que o previsto original.
- Convênios com Parceiros: Ocorreu ajuste na previsão original dessa receita, por conta da correção do recurso para a natureza “Empresas Beneficiadas”. Diante disso, houve repactuação em junho/2016 e a execução acompanhou o planejamento ajustado.
- Aplicações Financeiras: Em decorrência do aumento das receitas, redução de despesas e melhor gestão de caixa, as aplicações foram maiores do que o planejado.
- Empresas Beneficiadas: Os maiores impactos para essa receita foram: o ajuste na previsão original, por conta da correção do recurso proveniente da natureza “Convênios com Parceiros” e a incorporação da contrapartida do programa Sebraetec no planejamento. Dessa forma, a repactuação foi feita em junho/2016 e a execução foi maior do que inicialmente planejado.
- Outras receitas: O aumento no executado em relação ao planejado ocorreu, principalmente, por conta da reversão de depósitos não identificados em 2016; e das baixas, regularizações e devoluções de convênios.

Das receitas de capital:

- Alienação de bens: Devido a venda de veículos, realizou-se execução nessa natureza, e assim o planejamento foi ajustado e repactuado pelo Sebrae/SE.
- Operações de crédito: Em decorrência da aprovação do empréstimo com o Sebrae/NA, objetivando a realização do Programa de Melhoria Organizacional – Readequação do Quadro de Pessoal, realizou-se execução nessa natureza.

3.3.5 Informações sobre a execução das despesas

Quadro 9 – Execução x Programação Orçamentária das Despesas

SEBRAE: SE (R\$ mil)						
Despesas	Prevista no Ano	Prevista no Ano	Prevista no Ano	Executada	Executada	Executada
	Original (a)	Ajustado (b)	% (b/a)	(c)	% (c/a)	% (c/b)
Despesas Correntes	40,122	50,224	25.2%	43,389	108.1%	86.4%
Pessoal, Encargos e Benefícios	17,500	24,717	41.2%	24,254	138.6%	98.1%
Serviços Profissionais e Contratados	16,579	17,472	5.4%	12,974	78.3%	74.3%
Demais Despesas Operacionais	5,883	6,689	13.7%	5,088	86.5%	76.1%
Encargos Diversos	58	480	734.1%	422	733.8%	88.0%
Transferências	103	867	738.5%	652	629.8%	75.1%
Superávit Corrente				2,598		
Despesas de Capital	236	443	87.5%	402	170.1%	90.7%
Investimentos / Outros	236	212	-10.2%	171	72.4%	80.7%
Amortização de Empréstimos	0	231	0,0%	231	0,0%	100.0%
Fundo de Reserva	1,111	2,459	121.3%	0	0,0%	0,0%
Despesas Totais	41,469	53,126	28.1%	43,790	105.6%	82.4%
Superávit Total				6,714		
Total Geral Despesas	41,469	53,126	28.1%	50,505	121.8%	95.1%

Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

As despesas da unidade tiveram o comportamento do quadro a seguir com variações que são comentadas na sequência.

Das despesas correntes:

- **Pessoal, Encargos e Benefícios:** Em decorrência da aprovação do empréstimo com o Sebrae/NA, objetivando a realização do Programa de Melhoria Organizacional – Readequação do Quadro de Pessoal, ocorreu ajuste no planejamento e em consequência realização da despesa provisionada contabilmente.
- **Serviços Profissionais e Contratados:** No início de 2016, houve paralisação da contratação de consultores e instrutores pelo SGC. Ademais a isso, no decorrer do ano, medidas de gestão foram adotadas para redução de diversas contratações.
- **Encargos Diversos:** Variação decorrente do maior volume de aplicações financeiras, receita de empresas beneficiadas e consequentemente aumento da despesa com comissão de cartão de crédito.
- **Transferências:** Projetos foram reestruturados em 2016 e apresentaram a natureza de despesa “transferências” no seu escopo, tais como: Educação Empreendedora SEBRAE/SE e Sertão Empreendedor – Sergipe – Um novo tempo para o Semiárido.

Das despesas de capital:

- **Investimentos / Outros:** Em virtude das medidas de gestão adotadas em 2016, alguns gastos foram evitados com imobilizado; e não houve despesa com depósitos judiciais.
- **Amortização de Empréstimos:** A realização dessa natureza aconteceu por conta da participação do Sebrae/SE na compra de Licenças Microsoft por meio do Sebrae/NA e da aprovação do empréstimo

com o Sebrae/NA – objetivando a realização do Programa de Melhoria Organizacional – Readequação do Quadro de Pessoal.

Uma demonstração comparativa de despesas com o ano de 2015 é apresentada a seguir e no Quadro 11 apresenta as despesas por modalidade de licitação.

Quadro 10 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal							24,253,583.86	16,483,297.66
Salários e proventos							17,784,918.74	10,808,496.88
Benefícios...							3,187,855.61	2,400,033.60
Encargos Trabalhistas...							3,280,809.51	3,274,767.18
2. Juros e Encargos da Dívida								
-								
3. Outras Despesas Correntes							19,920,639.07	36,632,006.03
Instrutoria e Consultoria							7,003,161.02	13,273,460.11
Serviços técnicos e especializados							2,089,108.62	2,524,356.29
Manutenção segurança e Limpeza							1,715,243.98	1,860,062.60
Demais Serviços contratados							1,884,068.56	6,045,757.92
Encargos Sociais sobre Serviços de Terceiros							282,571.23	455,792.86
Despesas com Viagem							1,210,398.01	3,359,936.01
Alugue e Encargos							1,480,566.86	2,382,139.04
Divulgação, Anúncios, publicidade.							254,945.05	903,084.26
Serviços Gráficos e de Reprodução							566,887.04	1,103,252.63
Serviços de Comunicação em Geral							307,997.50	335,370.57
Materiais de Consumo							689,015.27	1,483,735.30
Demais Custos e Despesas Gerais							577,685.80	704,402.01
Encargos Diversos							421,941.48	413,810.59
Transferencias								
Varição Monetária passiva								11,706.88
Despesa com provisão							303,255.16	104,052.98
Depreciação e Amortização							999,446.59	1,101,401.13
Outras Despesas Operacionais							134,346.90	569,684.85
TOTAL							44,174,222.93	53,115,303.69

Quadro 11 – Despesas Totais por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					11.125.871,84	26,0%	20.377.194,97	39,1%
a) Convite					1.086.476,60	2,5%	1.496.093,89	2,9%
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência					30.906,00	0,1%	521.990,00	1,0%
d) Pregão					1.103.696,44	2,6%	5.584.567,97	10,7%
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas (*)					8.904.792,80	20,8%	12.774.543,11	24,5%
2. Contratações Diretas (h+i)					1.444.951,62	3,4%	4.378.718,19	8,4%
h) Dispensa					1.357.941,62	3,2%	4.365.078,19	8,4%
i) Inexigibilidade					87.010,00	0,2%	13.640,00	0,0%
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					24.795.094,10	57,8%	17.760.624,43	34,1%
k) Pagamento em Folha					24.253.583,86	56,6%	16.483.297,66	31,6%
l) Diárias					541.510,24	1,3%	1.277.326,77	2,5%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)					37.365.917,56	87,2%	42.516.537,59	81,6%
6. Total das Despesas da UPC		100		100	42.871.521,18	100,0%	52.085.205,37	100,0%

(*) - Considerou-se neste item as aquisições por credenciamento conforme editais e de acordo com o Regulamento de Licitações do Sistema S, em seu art. 43.

3.4 Desempenho operacional

3.4.1 Metas mobilizadoras

As metas mobilizadoras em 2016 tiveram a realização exibida no quadro a seguir.

Quadro 12– Metas Mobilizadoras

Metas Mobilizadoras			
Meta	Previsão	Execução	%
1. Atendimento a Pequenos Negócios	15.810	16.467	104,2%
2. Atendimento a Pequenos Negócios com soluções específicas de inovação	2.120	2.233	105,3%
3. Atendimento a Microempreendedor Individual	10.400	10.462	100,6%
4. Atendimento a Microempresas	4.530	4.692	103,6%
5. Atendimento a Pequenas Empresas	880	1.313	149,2%
6. Municípios com políticas de desenvolvimento institucionalizadas	5	5*	100,0%
7. Pequenos Negócios fidelizados	50%	52,5%	105,0%

*A meta 6 está em processo de validação pela UPPDT do Sebrae Nacional

Na execução das metas mobilizadoras o SEBRAE/SE teve um excelente desempenho, ultrapassando 100% seis e em uma realizando 100% do previsto, caso da meta 6 de “Municípios com políticas de desenvolvimento institucionalizadas” que está em validação pela UPPDT do SEBRAE/NA. Ainda sobre a meta 06 pode ser visto em anexo carta enviada por e-mail do Presidente do SEBRAE/NA aos dirigentes estaduais.

3.4.2 Programas nacionais

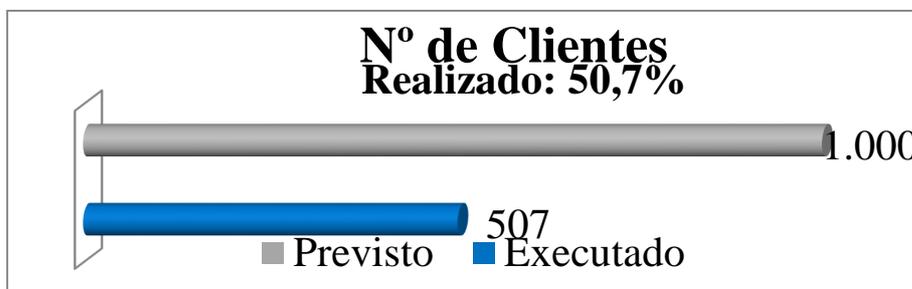
Os programas nacionais tiveram em Sergipe uma destacada atuação, conforme demonstram os gráficos que se seguem com o número de clientes atendidos no exercício 2016 superando as metas previstas em três dos cinco programas. Ficaram abaixo do previsto o programa Educação Empreendedora (51%) que somente se iniciou no segundo semestre e o SEBRAE Mais (83%) voltado a prover com soluções em gestão a pequena empresa segmento com menor universo no Estado.

Gráfico 1 – Programa ALI



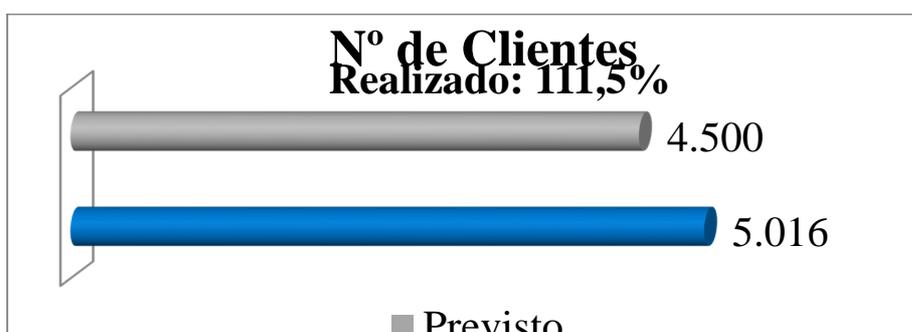
Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

Gráfico 2 – Programa Educação Empreendedora



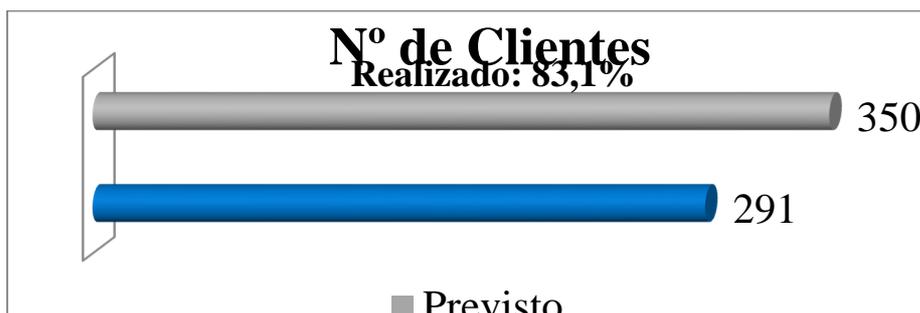
Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

Gráfico 3 – Programa Negócio a Negócio



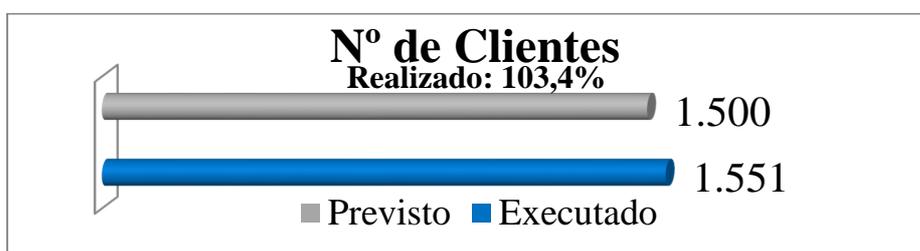
Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

Gráfico 4 – Programa SEBRAE Mais



Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

Gráfico 5 – Programa SEBRAETEC



Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

3.4.3 Carteira de projetos

Numa abordagem setorial da carteira de projetos o desempenho em 2016 foi o seguinte:

Quadro 13 – Relatório Consolidado por Setor

Setor / Segmento Econômico	Despesa										
	Previsto Original			Previsto Ajustado			% Variação	Execução			
	SEBRAE	Parceiro	Total	SEBRAE	Parceiro	Total		SEBRAE	Parceiro	Total	% Execução
Agronegócios	1,575,854	607,706	2,183,560	2,191,784	515,765	2,707,549	24.0%	1,452,547	0	1,452,547	53.6%
Comércio	931,103	198,000	1,129,103	951,300	69,000	1,020,300	-9.6%	676,166	0	676,166	66.3%
Indústria	2,547,486	843,000	3,390,486	905,818	843,000	1,748,818	-48.4%	417,191	15,300	432,491	24.7%
Não Informado	28,548,858	1,120,500	29,669,358	36,480,871	446,500	36,927,371	24.5%	33,600,679	0	33,600,679	91.0%
Serviço	842,000	309,000	1,151,000	1,251,355	262,000	1,513,355	31.5%	1,052,297	0	1,052,297	69.5%
Territorial	5,912,950	2,022,500	7,935,450	8,885,867	1,569,500	10,455,367	31.8%	6,591,478	1,232,660	7,824,138	74.8%
Total	40,358,251	5,100,706	45,458,957	50,666,995	3,705,765	54,372,760	19.6%	43,790,358	1,247,960	45,038,318	82.8%

• Filtros : PPA: PPA2016 - 2019 | Fotografia: Dezembro | Sebrae: SE |

O “Não Informado” corresponde à soma dos projetos e atividades de articulação, produtos e serviços, de suporte e de gestão.

A limitada execução de parceiros decorreu do difícil ano para a economia do País em 2016, fazendo com que muitos dos parceiros não tivessem condições de realizar compromissos previstos. Mas, essa situação foi superada sem prejuízo da maior parte das ações.

O quadro geral da carteira de projetos e atividades da unidade é apresentada no quadro seguinte.

Quadro 14 – Carteira de projetos e atividades - 2016

Nome do Projeto/Atividade	Objetivo Geral
Agronegócio nos Polos Agropecuários de Sergipe	Promover a competitividade e sustentabilidade dos pequenos negócios agropecuários por meio da melhoria da capacidade de gestão, introdução de tecnologia em processos e produtos, estimulando o acesso a mercado.

Nome do Projeto/Atividade	Objetivo Geral
ALI II e III - Agentes Locais de Inovação/SE	Conscientizar os empresários das micro e pequenas empresas quanto à inovação como fator de competitividade e auxiliá-los na iniciação dos procedimentos que os levem a incorporar inovação (produto, processo, gestão organizacional e marketing) nas práticas do dia-a-dia da empresa.
Atendimento Empresarial - Regional Lagarto	Estimular a criação e a sustentação dos pequenos negócios na Região Centro Sul do Estado de Sergipe, por meio da aplicação de um conjunto de ferramentas e ações continuadas em gestão, inovação, mercado e capacitação empresarial.
Auditoria Interna.	Avaliar o desempenho das áreas meio e fim em relação às atribuições, normas e procedimentos definidos para o mesmo, visando colaborar para a maximização dos resultados a serem alcançados.
Cadeia Produtiva de Petróleo, Gás e Energia do Estado de Sergipe	Melhorar a capacidade de competir de micro e pequenas empresas sergipanas fornecedoras e potenciais fornecedoras da cadeia de petróleo, gás e energia.
Comércio nos Municípios Polos de Sergipe	Elevar o nível de competitividade e promover a sustentabilidade das micro e pequenas empresas do comércio varejista, localizados nos municípios polos de Sergipe através da transformação do modelo de gestão, com ênfase em tecnologia, capacitação, inovação e mercado.
Empreendedorismo à Distância	Desenvolver e consolidar nos potenciais empreendedores e empresários em geral, a cultura empreendedora, incentivando-os a pensar, sentir e agir como empreendedor, explorando seu potencial por meio da disseminação de conhecimentos sobre planejamento, gestão, inovação e cooperação.
Estabelecimento de Ensino Particular da Grande Aracaju	Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade das escolas particulares de micro e pequeno porte da Grande Aracaju, através da melhoria da gestão e fomento ao empreendedorismo
Fortalecimento da Rede de Agentes de Desenvolvimento Local nos Municípios do Estado de Sergipe	Capacitar e fortalecer os Agentes de Desenvolvimento, visando aprimorar a rede de apoio às micro e pequenas empresas e melhorar o ambiente de negócios e a articulação em prol dos pequenos negócios locais.
Gestão da Administração Financeira	Gestão das despesas com amortização de empréstimos, impostos e outras correlatas dentro das necessidades do SEBRAE/SE
Gestão da Administração Patrimonial	Execução da gestão e controle dos bens patrimoniais de todas as unidades organizacionais do SEBRAE/SE.
Gestão da Comunicação	Divulgar as ações do Sebrae junto aos seus públicos contribuindo para o alcance das metas estabelecidas pela instituição, assim como, valorizar a importância da micro e pequena empresa como grande geradora de desenvolvimento econômico e social.
Gestão de Pessoas	Desenvolver e acompanhar as políticas e estratégias relacionadas a Unidade de Gestão de Pessoas.

Nome do Projeto/Atividade	Objetivo Geral
Gestão de Processos Jurídicos Internos	Assessorar as Unidades do SEBRAE/SE, de forma a aperfeiçoar os procedimentos internos, nos aspectos jurídicos e nos procedimentos administrativos.
Implementação/Institucionalização da Lei Geral em Sergipe	Efetivar a aplicação da Lei Geral com a finalidade de potencializar as oportunidades mapeadas oriundas da dinamicidade inerente à melhoria do ambiente legal para os pequenos negócios, promovendo a institucionalização da Lei Geral e com foco na construção do Plano Municipal de Desenvolvimento e na operação do Comitê Gestor Municipal.
Inclusão Socioambiental e Produtiva de Catadores e Coletores de Recicláveis em Sergipe	Promover o desenvolvimento sustentável e a inclusão socioambiental produtiva, oportunizando a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos nos setenta e cinco municípios beneficiários do projeto, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental do estado de Sergipe.
Indústria na Grande Aracaju, Sul e Centro-Sul Sergipano	Fomentar a competitividade das indústrias assistidas e estimular com ações de mercado, consultoria e capacitação.
Logística Operacional	Organizar os serviços de logística para os eventos, bem como executar as aquisições de bens e serviços para as unidades SEBRAE/SE.
Manutenção de Ativos de TI	Manutenção de equipamentos computacionais e periféricos, infraestrutura física e lógica de rede, dispositivos de armazenamento de dados, instalações físicas e ambiente.
Melhoramento Genético para o Desenvolvimento da Bacia Leiteira de Sergipe	Promover o atendimento ao pequeno negócio da pecuária de leite bovina, através da implantação de um programa de Fertilização In Vitro (FIV) para substituição dos animais de baixa produtividade no rebanho sergipano.
Moda e Acessórios da Grande Aracaju	Elevar o nível de competitividade e promover a sustentabilidade das micro e pequenas empresas do comércio varejista de moda e acessórios, localizados na Grande Aracaju através da transformação do modelo de gestão e do layout com ênfase em tecnologia, capacitação, inovação e mercado
Motrisa - Sebrae/SE - Indústria Transformadora de Farinha de Trigo	Desenvolver microempresas e empresas de pequeno porte da cadeia de valor da Motrisa, visando o pleno atendimento aos requisitos da cadeia, com vistas à ampliação de negócios e melhorias da competitividade das empresas envolvidas e da cadeia como um todo.
Negócios em Economia Criativa	Promover a inovação e a profissionalização dos empreendedores culturais, por meio da melhoria da gestão dos negócios e do aumento da capacidade empreendedora contribuindo no fortalecimento dos negócios relacionados à economia criativa promovendo a sua competitividade e sustentabilidade.
Palma Doce Sergipana - Convivência com a Seca	Promover a difusão de inovação tecnológica no campo através da implantação do cultivo intensivo de palma em propriedades rurais de ovinocaprinocultura e bovinocultura.

Nome do Projeto/Atividade	Objetivo Geral
Planejamento e Gestão da Estratégia	Elaborar, implementar e monitorar a estratégia de atuação garantindo a melhoria contínua da gestão estratégica.
Planejamento Estratégico e Orçamento	Propor e monitorar a execução da estratégia do Sebrae/SE, observando as suas vinculações com a estratégia do Sistema Sebrae, visando ao alcance dos resultados propostos.
Programa SEBRAE de Excelência em Gestão - SE	Promover a cultura da excelência, a melhoria da gestão e o compartilhamento de boas práticas no Sebrae SE, com vistas a gerar melhores resultados para os clientes, colaboradores e sociedade, utilizando o Modelo de Excelência da Gestão (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).
Projeto Nacional SEBRAE Digital - SE	Promover a atuação integrada do Sistema SEBRAE no meio digital, visando alavancar o atendimento a pequenos negócios por meio de canais digitais.
Remuneração de Recursos Humanos - Custeio Administrativo	Executar a aplicação dos gastos com recompensa de pessoal diretamente vinculado às atividades de custeio administrativo, compreendendo salários, encargos e benefícios.
Remuneração de RH Relacionada a Negócios	Contempla as despesas com remuneração de pessoal que tenham vinculação direta ou indireta com a atuação do Sebrae/SE nas tipologias Atendimento Setorial e Territorial, Desenvolvimento de Produtos e Serviços e Articulação Institucional.
Revisão de Modelo Organizacional e Adequação de Recursos Humanos	Reavaliar o modelo organizacional e de atuação do SEBRAE Sergipe para adequar e preparar a estrutura administrativa e quadro profissional do SEBRAE/SE às diretrizes estratégicas.
SE - ALI - Agentes Locais de Inovação Ciclo IV	Promover a prática continuada de ações de inovação nas microempresas e empresas de pequeno porte por meio de uma orientação proativa e personalizada nos setores comércio, indústria e serviços.
SE - Desenvolvimento econômico na Região Metropolitana de Aracaju - Bairro Santa Maria	Dinamizar a economia do bairro Santa Maria por meio de uma estratégia integrada de atendimento e articulação de parcerias que estimulem o desenvolvimento dessa região urbana de baixa renda.
SE - Desenvolvimento Econômico Territorial - Agreste Central Sergipano	Dinamizar a economia do território agreste central sergipano, por meio do atendimento aos pequenos negócios e da melhoria do ambiente de negócios, visando contribuir com o desenvolvimento econômico e transformação da realidade local.
SE - Desenvolvimento Econômico Territorial - Alto Sertão Sergipano	Dinamizar a economia do Território Alto Sertão Sergipano, por meio do atendimento aos pequenos negócios, visando contribuir com o desenvolvimento econômico e transformação da realidade local.
SE - Desenvolvimento Econômico Territorial - Baixo São Francisco Sergipano	Dinamizar a economia do território do Baixo São Francisco Sergipano por meio do atendimento aos pequenos negócios e da melhoria do ambiente de negócios, visando contribuir com o desenvolvimento econômico e transformação da realidade local.

Nome do Projeto/Atividade	Objetivo Geral
SE - Desenvolvimento Econômico Territorial - Sul Sergipano	Dinamizar a economia do território Sul Sergipano por meio do atendimento aos pequenos negócios, visando contribuir com o desenvolvimento econômico e transformação da realidade local.
SE - Inclusão Financeira de Pequenos Negócios	Desenvolver estratégias e disseminar soluções de inclusão financeira para projetos de atendimento, adequadas a realidade estadual.
SE - Sebrae Negócios	Desenvolver estratégias e disseminação de soluções de comercialização e acesso a mercados para projetos de atendimento, adequadas às suas realidades, e que atendam a requisitos e tendências de mercado.
SebraeTec SE	Auxiliar na promoção do acesso a serviços tecnológicos pelos pequenos negócios no Estado de Sergipe com atividades de gestão e monitoramento do SEBRAETec
Sertão Empreendedor - Sergipe - Um novo tempo para o Semiárido	Promover a competitividade e sustentabilidade dos empreendimentos rurais no semiárido sergipano através do fomento à inovação, ao empreendedorismo e a difusão das tecnologias sociais, de produção, gestão e boas práticas de convivência com o semiárido
Serviços nos Polos de Sergipe	Melhorar a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e potenciais empreendedores dos segmentos de serviços, por meio da qualificação e da aplicação de soluções inovadoras.
Suporte Operacional Relacionado a Negócios	Contemplar as ações envolvendo despesas contínuas que não sejam as diretas dos projetos e aquelas conceituadas como de custeio administrativo. Também são consideradas nessa atividade as despesas contínuas das unidades regionais situadas fora do edifício sede do Sebrae/SE, como por exemplo, despesas relacionadas com a locação do escritório, locação de veículos e serviços de motorista, contratados para atuar exclusivamente nos projetos dos escritórios.
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Estância	Prover recursos para o custeio das ações cujas despesas tenham vinculação direta ou indireta com a atuação do Sebrae/SE nas tipologias Finalístico, Conhecimento e Tecnologias e Articulação Institucional, na área de Estância.
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Itabaiana	Prover recursos para o custeio das ações cujas despesas tenham vinculação direta ou indireta com a atuação do Sebrae/SE nas tipologias Finalístico, Conhecimento e Tecnologias e Articulação Institucional, na regional de Itabaiana.
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Lagarto	Prover recursos para o custeio das ações cujas despesas tenham vinculação direta ou indireta com a atuação do Sebrae/SE nas tipologias Finalístico, Conhecimento e Tecnologias e Articulação Institucional, na área de Lagarto.
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - N.S. da Glória	Prover recursos para o custeio das ações cujas despesas tenham vinculação direta ou indireta com a atuação do Sebrae/SE nas tipologias Finalístico, Conhecimento e Tecnologias, e Articulação Institucional, na Regional de N.S. da Glória.

Nome do Projeto/Atividade	Objetivo Geral
Suporte Operacional Relacionado a Negócios - Propriá	Prover recursos para o custeio das ações cujas despesas tenham vinculação direta ou indireta com a atuação do Sebrae/SE nas tipologias Finalístico, Conhecimento e Tecnologias e Articulação Institucional, na área de Propriá.
Suporte Operacional Relacionado a Negócios.	Prover recursos para o custeio das ações cujas despesas tenham vinculação direta ou indireta com a atuação do Sebrae/SE nas tipologias Finalístico, Conhecimento e Tecnologias e Articulação Institucional.

3.5 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Como indicador macro do sistema SEBRAE tem-se a realização da taxa de pequenos negócios atendidos.

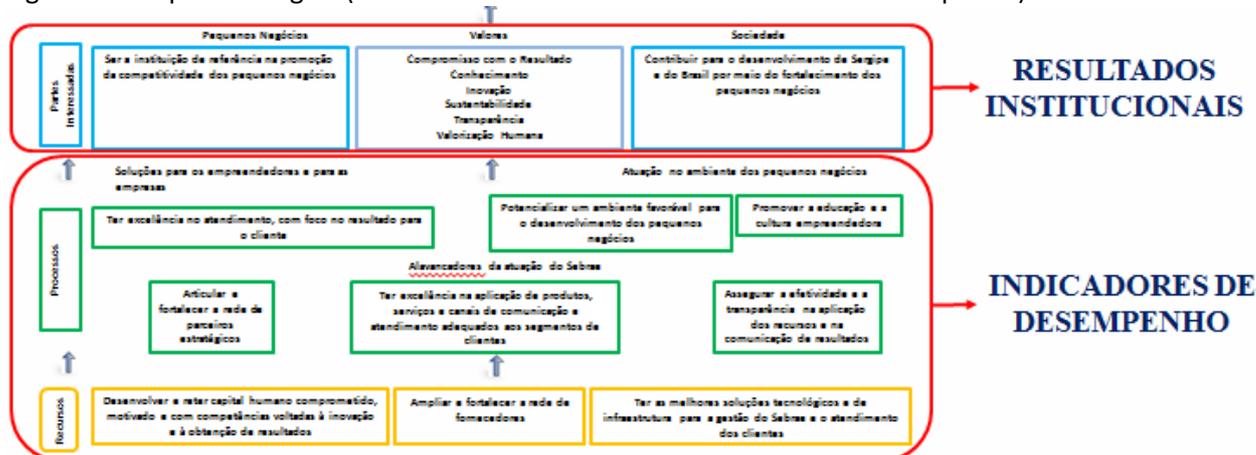
Para a taxa de pequenos negócios atendidos o SEBRAE/SE alcançou em 2016 a taxa de 24,1% que frente à taxa prevista de 23,8% significou uma realização de 102,5% do previsto. A figura a seguir mostra essa taxa a partir do Boletim de Monitoramento.

Quadro 15 – Taxa de Pequenos Negócios

Universo (31/12/2016)	Nº de Pequenos Negócios Atendidos	% Pequenos Negócios Atendidos	Indicador Previsto	% Realizado
67.473	16.467	24,1%	23,8%	102,5%

Um conjunto completo de indicadores que demonstram o desempenho da organização, pode ser visto sob as óticas das perspectivas das “partes interessadas”, sociedade e pequenos negócios, e dos “processos e recursos”, a partir do mapa estratégico da organização, constituindo-se nos indicadores de desempenho e nos resultados institucionais, que estão apresentados no quadro seguinte à ilustração das perspectivas referenciadas.

Figura 6 – Mapa estratégico (Resultados institucionais e indicadores de desempenho)



Quadro 16 – Indicadores de desempenho e de resultados - 2016

Indicadores de Desempenho		
INDICADORES	Meta 2016	Resultado 2016
Índice de aplicabilidade dos produtos e serviços	7,91	8,30
Índice de comportamento organizacional	78,5	78,3
Índice de satisfação com os fornecedores	7,1	9,8
Índice de Satisfação do Cliente	7,5	8,9
Número de acessos/downloads aos conteúdos do Portal Sebrae	95.000	202.115
Número de Potenciais Empreendedores atendidos	2.500	3.269
Número de Potenciais Empresários atendidos	11.390	13.787
Taxa de pequenos negócios atendidos	23,8%	24,1%
Taxa de contr. para abertura de pequenos negócios	26,65	54,3
Taxa de Pequenos Negócios fidelizados	50%	52,50%
Indicadores Institucionais		
INDICADORES	Meta 2016	Resultado 2016
Índice de imagem junto aos pequenos negócios	7,5	8,53
Índice de imagem junto à sociedade.	8	8,55
Índice de competitividade dos peq. neg. atendidos	29,2	25,5
Índice de efetividade do atendimento	7,5	8,3
Índice de transparência percebida pela Sociedade	74,5	70,6

A leitura dos indicadores de desempenho evidencia a excelente performance do SEBRAE/SE ultrapassando a meta do ano em nove dos dez indicadores, e o único inferior alcançou a 99,75% da meta.

Os resultados institucionais, também com bons resultados, foram superiores ao previsto em três dos cinco indicadores e os demais atingiram 87 e 95%, respectivamente, para “Índice de competitividade dos peq. neg. atendidos” e “Índice de transparência percebida pela Sociedade”, requerendo um pequeno esforço adicional futuro.

Outro conjunto de indicadores é o dos limites orçamentários cujos resultados e esclarecimentos de variações são demonstrados no quadro 17.

Quadro 17 – Limites orçamentários - 2016

Limites Orçamentários	% Executado	Situação	Explicação
Projetos Coletivos (%) Min: 20,00%	11,8%	Abaixo do Limite	Percentual ficou abaixo do mínimo permitido, pois o projeto Encadeamento Produtivo – Carnalita foi retirado do planejamento, já que foi adiado o início da exploração em Sergipe. Outros projetos foram criados, mas não supriram o valor do primeiro citado, da mesma forma que não houve execução suficiente.
Inovação e Tecnologia (%) Min: 15,00%	16,2%	OK	Limite dentro do mínimo permitido.
Capacitação de Recursos Humanos (%) Min: 2,00% Max: 6,00%	1,1%	Fora dos Limites	Limite foi flexibilizado pelo Sebrae/NA para 2016. Ele já foi proposto abaixo do mínimo e continuou da mesma forma na execução no decorrer do ano, pois houve contenção neste tipo de despesa.
Pessoal, Encargos e Benefícios (%) Max: 55,00%	61,1%	Acima do Limite	Por conta da aprovação da Revisão de Modelo Organizacional e Adequação de Recursos Humanos no valor de 6.150.523, o limite ultrapassou o máximo permitido. O mesmo foi flexibilizado pelo Sebrae/NA para 2016.
Divulgação, Anúncio, Publicidade e Propaganda (%) Max: 3,50%	0,5%	OK	Limite dentro do máximo permitido.
Bens Móveis (%) Max: 100,00%	11,9%	OK	Limite dentro do máximo permitido.
Custeio Administrativo Utilização (%) Max: 100,00%	89,3%	OK	Limite dentro do máximo permitido.
Recursos da Contribuição Social (%) Min: 10,00%	5,8%	Isento	Para 2016, o Sebrae/NA isentou os Sebrae/UF de cumprir esse limite.
Tecnologia da Informação e da Comunicação (%) Min: 2,00%	0,7%	Abaixo do Limite	Limite foi flexibilizado pelo Sebrae/NA para 2016. Ele já foi proposto abaixo do mínimo e continuou da mesma forma na execução no decorrer do ano, pois houve contenção neste tipo de despesa.
Fundo de Reserva (%) Max: 20,00%	4,6%	OK	Limite dentro do máximo permitido.

Nas realizações físicas o desempenho operacional pode ser demonstrado pelo resultado dos atendimentos:

Quadro 18 – Realizações por instrumento de atendimento - 2016

Instrumento	Indicador	Previsto Original	Previsto Ajustado	Execução	% de Execução
CONSULTORIA	Número de horas	31.394	82.433	64.452	78,20%
CURSO	Número de inscritos em cursos a distância	2.232	4.000	5.358	134,00%
	Número de inscritos em cursos presenciais	5.371	8.173	9.266	113,40%
	Número de Cursos	329	406	441	108,60%
FEIRAS	Nº de feiras do SEBRAE	5	8	6	75,00%
	Nº de pequenos negócios expositores em feiras de terceiros	13	13	35	269,20%
	Nº de pequenos negócios expositores em feiras do SEBRAE	100	100	75	75,00%

Instrumento	Indicador	Previsto Original	Previsto Ajustado	Execução	% de Execução
INFORMAÇÃO	Nº de Pessoas Informadas		501.935	443.789	88,42%
	Nº de informações		137.498	97.217	70,70%
MISSÃO E CARAVANA	Nº de Missões/Caravanas para eventos de Terceiros	23	21	26	123,81%
	Nº de missões/caravanas para eventos do SEBRAE	9	9	22	244,44%
	Nº de participantes eventos do SEBRAE	50	50	222	444,00%
	Nº de participantes eventos de terceiros	45	71	149	209,86%
	Nº de pequenos negócios para eventos de terceiros	194	174	115	66,09%
	Nº de pequenos negócios para eventos do SEBRAE	21	21	57	271,43%
OFICINA	Nº de Oficinas	214	338	337	99,70%
	Nº de Participantes	3.184	4.814	5.335	110,82%
ORIENTAÇÃO TÉCNICA	Número de orientações	23.197	24.060	32.406	134,70%
PALESTRA	Nº de Palestras	222	326	483	148,20%
	Nº de Participantes	6.955	9.015	10.546	117,00%
RODADA	Nº de Pequenos negócios	282	302	373	123,50%
	Nº de Rodadas	10	11	8	72,70%
SEMINÁRIO	Nº de Participantes	540	570	2.137	374,91%
	Nº de Seminário	7	8	34	425,00%

Fonte: SME – Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE

As realizações dos indicadores das metas de atendimento variaram entre índices de 70,70% - caso de número de informações feitas devido ser instrumento menos demandado - a 444% para o número de participantes em missões/caravanas em eventos do SEBRAE, pela adequação de atendimento às demandas do público-alvo.

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição das estruturas de governança

A governança da unidade é formada, em instância máxima, pelo Conselho Deliberativo Estadual – CDE assessorado pelo Conselho Fiscal. A gestão da unidade compete à Diretoria Executiva – DIREX.

Tem ainda o SEBRAE/SE a atuação de auditoria independente que faz um trabalho trimestral encaminhando relatório à DIREX e ao Conselho Fiscal. Outros entes auxiliam a governança da unidade como a Unidade de Auditoria e Controle Interno – UAUCI e os Comitês de Tecnologia da Informação, Comitê de Remuneração Variável, Comitê de Ética e o Comitê do Programa SEBRAE de Excelência em Gestão – PSEG que coordena a implantação do PMG – Plano de Melhoria de Gestão. Este plano é derivado de um trabalho de diagnóstico assistido que avalia a gestão da unidade e identifica os pontos fortes e as oportunidades de melhoria que, após priorização da DIREX, deverão ser trabalhadas no PMG.

Em 2016, dentro do Programa de Integridade Corporativa do Sistema SEBRAE, trabalho de auditoria de compliance contratado pelo SEBRAE/NA e coordenado pelo Conselho Deliberativo Nacional – CDN, o SEBRAE/SE recebeu três visitas dessa auditoria que propiciou a partir de recomendações apresentadas o desenvolvimento de plano de ação de melhoria de procedimentos a fim de melhorar a governança, a gestão de riscos e os controles internos.

4.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

Os colegiados da unidade estão assim constituídos:

Quadro 19 – Composição do Conselho Deliberativo Estadual - CDE

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	DO	PERÍODO DE GESTÃO		ORGÃO QUE REPRESENTA
			Data inicial	Data final	
Ingo Kobarg Júnior	Titular Deliberativo	Conselho	01/01/2016	02/03/2016	BANCO DO BRASIL
Eliane Moura Gascon	Titular Deliberativo	Conselho	03/03/2016	31/12/2016	BANCO DO BRASIL
Cristiane Maria da Silva Albuquerque	Suplente Deliberativo	Conselho	01/01/2016	31/12/2016	BANCO DO BRASIL
Edson Freire Caetano	Suplente Deliberativo	Conselho	01/01/2016	01/08/2016	BANESE
Wesley Teixeira Cabral	Suplente Deliberativo	Conselho	02/08/2016	31/12/2016	BANESE
Fernando Soares da Mota	Titular Deliberativo	Conselho	01/01/2016	31/12/2016	BANESE
Anacleto Gosbelli	Titular Deliberativo	Conselho	01/01/2016	28/01/2016	CAIXA ECONOMICA
Marco Antônio Queiroz	Suplente Deliberativo	Conselho	01/01/2016	28/01/2016	CAIXA ECONOMICA
Marco Antônio Queiroz	Titular Deliberativo	Conselho	29/01/2016	31/12/2016	CAIXA ECONOMICA
Evandro Luiz Versiani Ribeiro	Suplente Deliberativo	Conselho	29/01/2016	31/12/2016	CAIXA ECONOMICA

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO		ORGÃO QUE REPRESENTA
		Data inicial	Data final	
Brenno Luiz Ribeiro Barreto	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	CDL
Samuel Rodrigues Schuster	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	CDL
Eduardo Prado de Oliveira Junior	Diretor das áreas Administrativa e Financeira	01/01/2016	31/12/2016	DIREX SEBRAE
Emanoel Silveira Sobral	Diretor Superintendente	01/01/2016	31/12/2016	DIREX SEBRAE
Marcelo Farias Barreto	Diretor da Área Técnica	01/01/2016	31/12/2016	DIREX SEBRAE
Alexandre Santana Porto	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FACIASE
Wladimir Alves Torres	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FACIASE
Saumineo da Silva Nascimento	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FAESE
Braulio Augusto Lyra Vieira	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FAESE
Edivaldo Francisco da Cunha	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FCDL
Gilson Silveira Figueiredo	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FCDL
Alex Cavalcante Garcez	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FECOMERCIO
José Marcos de Andrade	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FECOMERCIO
Cicero Gomes Barros	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FIES
José Abilio Guimarães Primo	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	FIES
Antonio Cabral Neto	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	IEL
Peterson Ferreira Barros	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	IEL
Jecson Leo de Sousa Araújo	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	ITPS
Lucia Calumby B. de Macedo	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	ITPS
Evandro Santos Nascimento	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	26/09/2016	SEBRAE
Mario Lucio de Ávila	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	26/09/2016	SEBRAE
Domingos Poubel de Castro	Titular Conselho Deliberativo	27/09/2016	31/12/2016	SEBRAE
Ronaldo Starling Chaves	Suplente Conselho Deliberativo	27/09/2016	31/12/2016	SEBRAE

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO		ORGÃO QUE REPRESENTA
		Data inicial	Data final	
Carlos Augusto Franco Guimarães	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	SEDETEC
Francisco de Assis Dantas	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	SEDETEC
Hugo Lima França	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	SENAC
José Carlos Quintino de Moura	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	SENAC
Dênio Augusto Leite Santos	Suplente Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	SENAR
Raymundo Almeida Neto	Titular Conselho Deliberativo	01/01/2016	31/12/2016	SENAR

Conforme o Art. 1º de seu regimento o Conselho Deliberativo Estadual – CDE é o órgão colegiado que detém o poder originário e soberano no âmbito do SEBRAE/SE, com as competências detalhadas no Art. 5º do mesmo regimento.

Quadro 20 – Composição do Conselho Fiscal

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO		ORGÃO QUE REPRESENTA
		Data inicial	Data final	
José Antonio Valente Dias	Suplente Conselho Fiscal	01/01/2016	31/12/2016	BANCO DO BRASIL
José Normando da Mota Guimarães Filho	Titular Conselho Fiscal	01/01/2016	31/12/2016	BANCO DO BRASIL
Élida Maria Cândida Pereira Santos	Titular Conselho Fiscal	01/01/2016	31/12/2016	SEDETEC
Pedro Xavier de Melo Neto	Suplente Conselho Fiscal	01/01/2016	31/12/2016	SEDETEC
Epifânio Jose Fontes de Goes	Presidente do Conselho Fiscal	01/01/2016	31/12/2016	SENAR
Raildo Vieira Meneses	Suplente Conselho Fiscal	01/01/2016	31/12/2016	SENAR

Conforme o Art. 1º de seu regimento o Conselho Fiscal é o órgão de assessoramento do Conselho Deliberativo Estadual – CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira, com as competências detalhadas no Art. 2º do mesmo regimento.

Quadro 21 – Composição da Diretoria Executiva – DIREX

NOME	DENOMINAÇÃO DO CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO	
Emanoel Silveira Sobral	Diretor Superintendente	01/01/2016	31/12/2016
Eduardo Prado de Oliveira Junior	Diretor das Áreas Administrativa e Financeira	01/01/2016	31/12/2016
Marcelo Farias Barreto	Diretor da Área Técnica	01/01/2016	31/12/2016

A Diretoria Executiva, órgão colegiado de natureza executiva, é responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/SE e, conforme o Estatuto Social do SEBRAE/SE, os dirigentes são eleitos pelo CDE para um mandato de quatro anos consecutivos, permitida a reeleição. Os dirigentes são demissíveis *ad nuntum* ou em face de representação, conforme previsto no inciso III do Art. 13 do Estatuto Social.

4.3 Atuação da unidade de auditoria interna

A Unidade de Auditoria e Controle Interno do SEBRAE Sergipe é uma gerência subordinada a Superintendência da entidade e tem como missão prover o assessoramento para a efetiva e a transparente aplicação dos recursos do SEBRAE Sergipe, tendo como referencial os normativos de controles interno e externo, analisando e monitorando os riscos da Entidade, identificando oportunidades que possam contribuir para o aprimoramento das práticas operacionais de gestão e controles internos com foco em gestão de riscos, atuando de forma independente com ética e agregando valor aos negócios.

A Unidade de Auditoria e Controle Interno do SEBRAE/SE busca a melhoria dos controles internos das áreas administrativas e operacionais sendo que no exercício de 2016 orientou seus trabalhos, preferencialmente, para a análise de riscos, mais comentada em item a seguir.

4.4 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Por recomendação de auditoria do Programa de Integridade Corporativa foram abertos em 2016 três processos administrativos (01/2016; 03/2016 e 04/2016) e por demanda de verificação de execução de serviço em processo licitatório de instituição do Governo do Estado foi aberto o processo administrativo 02/2016, a seguir caracterizados:

Quadro 22 – Processos Administrativos

Processo	Objetivo	Posição	Deliberação
01/2016	Apurar as possíveis irregularidades ocorridas no abastecimento de veículos da frota do SEBRAE/SE, na vigência dos Contratos firmados com as empresas Ticket Serviços S/A, Trivale Administração Ltda. e Nutricash Serviços Ltda.	Encaminhado relatório final à Diretoria que apurou valores pagos às empresas Nutricash, Trivale e Ticket.	A Diretoria encaminhou cópia de todo processo à Delegacia Especializada, que abriu inquérito, em tramitação na Delegacia de Polícia Civil do Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública.

Processo	Objetivo	Posição	Deliberação
02/2016	Apurar possível ocorrência de irregularidade na emissão de Atestado em favor da empresa PACIFIC Organizadora de Eventos Ltda.	Encaminhado Relatório Final à Diretoria, tendo a Comissão apurado através de perícia técnica que o Atestado não foi assinado por funcionário do SEBRAE/SE.	A DIREX determinou que os Atestados passados pelo SEBRAE/SE sejam assinados pelo Gerente, Diretor da área e conferidos pelo Jurídico.
03/2016	Avaliar junto ao jurídico e outros departamentos, orientação na possibilidade de restituição dos valores pagos a maior junto aos fornecedores Stand Montagem e Paulo Suassuna	Processo tramitando com a oitiva dos representantes das empresas e empregados que tiveram relacionamentos com os fatos apontados.	
04/2016	Realizar revisão detalhada de todos os gastos relacionado aos eventos de 2015 em que houve montagem de stands a fim de verificar se houve pagamento a maior em relação ao que foi solicitado/contratado. Caso seja identificado a questão do pagamento a maior, verificar junto ao jurídico e outros departamentos orientação na possibilidade de restituição dos valores.	Em fase inicial dos trabalhos de levantamento da documentação e verificação de possíveis irregularidades.	

4.5 Gestão de riscos e controles internos

A auditoria interna do SEBRAE/SE passou a avaliar os Riscos Estratégicos da unidade com os seguintes objetivos:

- 1 – Revisar os riscos e fatores de riscos existentes, buscando identificar novos riscos/fatores ou adequar sua descrição de forma a garantir um melhor entendimento destes pela Administração;
- 2 – Avaliar, com base na percepção da Administração, os riscos considerando a probabilidade de ocorrência, bem como o impacto no caso de materialização, para definir o nível de criticidade de cada um dos riscos (Matriz de Criticidade).
- 3 – Definir a criticidade dos Macroprocessos.

Em 2016, a avaliação de riscos foi feita com uma amostra de quinze representantes da administração, sendo 13 gerentes de unidades/coordenadores regionais e 2 assessores.

O processo de avaliação foi realizado por meio de aplicação de questionário impresso, no qual foi avaliada a probabilidade e o impacto de cada risco estratégico.

Com relação aos critérios de avaliação é possível classificar os riscos conforme seu nível de criticidade em: “Alto”, “Significativo”, “Moderado” e “Baixo”, permitindo uma melhor gestão de recursos e esforços de forma a tratar com eficiência e tempestividade os riscos mais críticos para o SEBRAE/SE.

O resultado desta avaliação configura-se na matriz de criticidade dos riscos estratégicos, obtida com base na média das opiniões dos avaliadores, considerando a probabilidade de ocorrência e impacto desses riscos.

Com base nos resultados obtidos e, considerando a estrutura da cadeia de valor, com os macroprocessos divulgados pelo SEBRAE/SE, é alimentada a revisão da vinculação dos riscos estratégicos aos macroprocessos do SEBRAE/SE.

Dessa forma, a matriz de associação dos riscos estratégicos com os macroprocessos compõe a Cadeia de Valor do SEBRAE/SE e, por conseguinte, com o resultado da associação do nível de criticidade dos riscos estratégicos aos macroprocessos, fica possível identificar a criticidade destes.

A avaliação do Ambiente de Controle se baseou na percepção de administradores do Sebrae/SE, em relação aos cinco componentes definidos pelo COSO: Ambiente de Controle; Avaliação de riscos; Procedimentos de controle; Informação e comunicação e Atividades de monitoramento.

Com o resultado obtido foi possível identificar pontos positivos e, principalmente, pontos onde devemos concentrar esforços visando fortalecer nosso sistema de controles.

Com essas informações, a Administração toma medidas corretivas para buscar mitigar os riscos e buscar mais efetividade nos controles, com ações de capacitação interna, atualizações dos normativos, etc.

Para a Unidade de Auditoria e Controle Interno, este trabalho auxilia no direcionamento de esforços no que é mais crítico, contribuindo, por meio da mitigação desses riscos, para que o Sebrae/SE atinja seus objetivos estratégicos, além de ser uma boa prática de Excelência em Gestão, de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEG – Modelo de Excelência de Gestão.

4.6 Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados

De acordo com o Art.9º, inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. A remuneração da Diretoria Executiva é definida pelo conselho deliberativo, conforme o inciso V do Art. 5º do Regimento do CDE.

Quadro 23 – Remuneração da Diretoria Executiva

Nome	Salário (em 31/12/2016)	Remuneração anual (2016)
Superintendente	26.179,51	349.060,13
Diretor Técnico	23.561,56	322.007,98
Diretor Administrativo Financeiro	23.561,56	314.154,14

Além da remuneração básica há o direito de recebimento de remuneração variável pela diretoria e empregados com base nos indicadores/métricas de desempenho realizados no exercício de acordo com programa de remuneração variável e Acordo de Remuneração Variável. Em 2016 o pagamento de remuneração variável foi provisionado, pois foram alcançadas as metas organizacionais no mínimo estabelecidos no acordo, que foram:

1. Fidelizar no mínimo 51% dos Pequenos Negócios atendidos;
2. Atingir no mínimo 11.500 Potenciais Empresários;
3. Atender no mínimo 23% dos Pequenos Negócios do Estado; e
4. Cumprir 100% do previsto em no mínimo 6 metas mobilizadoras.

No ano seguinte são apuradas as metas de equipe e individuais, quando então são efetivados os pagamentos aos empregados e diretores, tudo conforme o Acordo de Remuneração Variável e as normas previstas no Sistema de Gestão de Pessoas.

Os benefícios principais oferecidos pela unidade e extensivos aos dirigentes, são: previdência complementar, assistência médica e odontológica, ticket alimentação e seguro de vida em grupo. São ainda concedidos programa de incentivo à educação e à qualidade de vida (exercício de atividade física).

4.7 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

O Sebrae Nacional possui os contratos listados a seguir com abrangência para todo o Sistema SEBRAE, quais sejam:

Contrato 107/2012 - KPMG Auditores Independentes

O contrato, oriundo da Concorrência (processo licitatório) 05/2012, possui vigência de 12 meses a partir de 02 de maio de 2012, podendo ser prorrogado por iguais períodos ou fração até o limite de 60 meses, considerando o período inicial. A prorrogação do contrato se dá por meio de aditivos aprovados pelo Conselho Deliberativo Nacional, demandante do serviço.

Os serviços contratados compreendem os trabalhos de auditoria contábil, com emissão de opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras em período anual, bem como revisões trimestrais, para o Sebrae Nacional e as 27 unidades federativas, ao custo de até R\$ 3.047 mil.

Contrato 76/2015 – Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

O contrato, oriundo do Pregão Presencial (processo licitatório) 02/2015, possui vigência de 12 meses a partir de 04 de março de 2015, podendo ser prorrogado por iguais períodos ou fração até o limite de 60 meses, considerando o período inicial. A prorrogação do contrato se dá por meio de aditivos aprovados pelo Conselho Deliberativo Nacional, demandante do serviço.

Os serviços contratados compreendem trabalhos visando a prevenção de riscos e a antecipação de medidas corretivas, bem como o auxílio na estruturação e padronização de um programa de integridade corporativa, para o Sebrae Nacional e as 27 unidades federativas, ao custo de até R\$ 5.999 mil.

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 24 - Força de Trabalho da UPC

Tipologia dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	116	111	2	2
1.1. Membros de poder e agentes políticos			0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	116	111	2	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	116	109	1	2
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado			0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório			0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	7	7	2	2
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública			0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		118	4	4

Em Servidores com Contratos Temporários estão inclusos assessores, chefe de gabinete e menores aprendizes.

O quadro a seguir busca evidenciar a distribuição da força de trabalho entre área meio e área fim dos servidores de carreira, em contratos temporários e sem vínculo com a administração.

Quadro 25 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologia dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	52	59
1.1. Membros de poder e agentes políticos		
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	52	59
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	51	58
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	7	
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	59	59

Quadro 26 - Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	5		
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	5		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	5	5		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	24	24	2	2
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		23	1	2
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1	1	
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		29	2	2

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 27 - Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros do poder e agentes políticos										
Exercícios	2016									
	2015									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2016	9.574.471,71		834.535,87		6.150.522,54	6.468.665,12	686.997,00		23.715.192,24
	2015	7.580.603,53		890.551,20	544.492,98	6.423,13	2.095.783,12			11.117.853,96
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2016									
	2015									
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2016									
	2015									
Servidores cedidos à UPC com ônus										
Exercícios	2016	538.391,62								538.391,62
	2015	244.970,53					30.066,25			275.036,78
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2016									
	2015	432.170,41			17.529,91	37.449,47	83.639,23			

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

A gestão de pessoal do SEBRAE/SE é conduzida buscando mitigar os riscos relacionados à gestão do seu pessoal, possuindo como instrumento guia das atividades o Sistema de Gestão de Pessoas – SGP, dentro de modelo nacional.

O SEBRAE/SE possui acordo coletivo de trabalho firmado com Sindicato que abriga os colaboradores onde são tratados os aspectos de reajuste de remuneração, benefícios, remuneração varável e banco de horas, este instrumento de minimização de horas-extras e de compensação de horas rabalhadas.

5.2 Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1 Informações sobre imóveis locados de terceiros

O SEBRAE/SE se utiliza de imóveis locados nas suas regionais em Própria, Lagarto, Estância, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória.

O quadro a seguir apresenta todo um conjunto de informações sobre os imóveis locados.

Quadro 28 - Contratos de Locação

Contrato Nº	Contratada/Informações
06/09	<p><u>Locadora:</u> ELIZABELMA CRISTINA DE SANTANA SANTIAGO <u>Data da contratação:</u> 18/12/2009 <u>Objeto do Contrato:</u> locação de um imóvel destinado ao funcionamento da Sede do Escritório Regional do SEBRAE/SE, localizado na Av. Lourival Batista, 478, Centro, na Cidade de Nossa Senhora da Glória/SE. <u>Dispensa de Licitação:</u> Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do SEBRAE <u>Quantidade de aditivos assinados:</u> 06 <u>Valor inicial da contratação:</u> R\$ 850,00 mensal <u>Último valor da contratação:</u> reajuste de 10,47% (R\$ 1.280,61 mensal) <u>Vigência:</u> 31/12/2016 <u>Contrato acompanhado por:</u> Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Nossa Senhora da Glória/SE</p>
03/10	<p><u>Locador:</u> JOSÉ EVERTON DA SILVA <u>CPF:</u> 442.706.585-68 <u>Data da contratação:</u> 08/11/2010 <u>Objeto do Contrato:</u> Locação do imóvel destinado ao funcionamento da Sede do Escritório Regional do SEBRAE/SE, na Cidade de Propriá/SE, localizado na Praça Fausto Cardoso, nº 165. <u>Dispensa de Licitação:</u> Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE <u>Quantidade de aditivos assinados:</u> 03 <u>Valor inicial da contratação:</u> R\$ 1.500,00/mês <u>Último valor da contratação:</u> R\$ 2.186,80</p>

Contrato Nº	Contratada/Informações
	<p>Último valor da contratação: reajuste de 6,0906% (R\$ 1.675,41). Em outubro/2014 o valor da locação passou para R\$ 2.000,00 (revisão do valor). Em outubro/2016 o valor do contrato foi reajustado em 9,34%, passando para R\$ 2.186,80</p> <p><u>Vigência:</u> 08/01/2017</p> <p><u>Contrato acompanhado por:</u> Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Propriá/SE</p>
02/2011	<p><u>Locadora:</u> MARIA NERI SANTOS OLIVEIRA</p> <p><u>Data da contratação:</u> 06/05/2011</p> <p><u>CPF:</u> 102.077.405-34</p> <p><u>Objeto do Contrato:</u> Locação destinada à locação de um imóvel destinado ao funcionamento da Sede do Escritório Regional, localizado na Av. Presidente Kennedy, nº 311, Cidade de Lagarto/SE.</p> <p><u>Dispensa de Licitação:</u> Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE</p> <p><u>Quantidade de aditivos assinados:</u> 03</p> <p><u>Valor inicial da contratação:</u> R\$ 1.500,00/mês</p> <p><u>Último valor da contratação:</u> R\$ 2.971,02 (reajuste do valor do aluguel)</p> <p><u>Vigência:</u> 06/05/2017</p> <p><u>Contrato acompanhado por:</u> Coordenadora do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Lagarto/SE</p>
05/2012	<p><u>Locador:</u> DOUGLAS DIEGO LIMA COSTA</p> <p><u>Data da contratação:</u> 19/07/2012</p> <p><u>CPF:</u> 015.750.565-00</p> <p><u>Objeto do Contrato:</u> Locação do imóvel, destinado ao funcionamento do Escritório Regional do SEBRAE/SE na Cidade de Itabaiana/SE, localizado à Rua Manoel Antônio de Oliveira, nº 423.</p> <p><u>Dispensa de Licitação:</u> Art. 9º, inciso VI do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE</p> <p><u>Quantidade de aditivos assinados:</u> 01</p> <p><u>Valor inicial da contratação:</u> R\$ 1.800,00/mês</p> <p><u>Último valor da contratação:</u> reajuste de 6,2484%, majorando o valor do contrato para R\$ 1.912,47/mensal</p> <p><u>Vigência:</u> 19/07/2017</p> <p><u>Contrato acompanhado por:</u> Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Itabaiana/SE</p>
06/2012	<p><u>Locador:</u> JOSÉ MARCELO FREIRE CARVALHO</p> <p><u>Data da contratação:</u> 19/07/2012</p> <p><u>CPF:</u> 027.168.105-59</p> <p><u>Objeto do Contrato:</u> Locação de uma garagem de sua propriedade, localizada à Rua Manoel Antônio de Oliveira, Centro, em Itabaiana/SE, destinada à guarda do veículo de propriedade do SEBRAE/SE, disponibilizado ao Escritório Regional de Itabaiana/SE.</p> <p><u>Dispensa de Licitação:</u> Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE</p> <p><u>Quantidade de aditivos assinados:</u> 03</p> <p><u>Valor inicial da contratação:</u> R\$ 200,00/mês</p> <p><u>Último valor da contratação:</u> Em julho/2016 reajuste no percentual de 12,21%. Valor da locação: R\$ 251,19</p> <p><u>Vigência:</u> 19/07/2017</p>

Contrato Nº	Contratada/Informações
	<u>Contrato acompanhado por:</u> Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Itabaiana/SE
07/2012	<p><u>Locadora:</u> MARIA DÁRIA DOS SANTOS <u>Data da contratação:</u> 03/08/2012 <u>CPF:</u> 068.752.625-68 <u>Objeto do Contrato:</u> Locação de imóvel localizado à Rua General Pedra, na Cidade de Estância/SE, para o funcionamento do Escritório Regional do SEBRAE/SE na Cidade de Estância/SE. <u>Dispensa de Licitação:</u> Art. 9º, inciso VI <u>Quantidade de aditivos assinados:</u> 03 <u>Valor inicial da contratação:</u> R\$ 1.500,00/mês <u>Último valor da contratação:</u> Reajuste de 6,97% correspondente ao IGPM no período de agosto/2014 a julho/2015, passando o valor mensal do aluguel de R\$ 1.661,71 para R\$ 1.777,58 (um mil setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), retroativo a 11/11/2015. Do valor do aluguel será descontado R\$ 300,00 - reforma do imóvel. O referido desconto será realizado até 09/2016. <u>Vigência:</u> 03/08/2017 <u>Contrato acompanhado por:</u> Coordenadora do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Estância/SE</p>
02/2013	<p><u>Locadora:</u> MARIA DA PUREZA BARRETO OLIVEIRA <u>CPF:</u> 721.300.755-68 <u>Data da contratação:</u> 18/02/2013 <u>Objeto do Contrato:</u> Locação de uma garagem que abrigará o veículo de propriedade do SEBRAE/SE, que serve de escritório localizado no Município de Nossa Senhora da Glória/SE, à Rua Alcino Alves de Oliveira, nº 161. <u>Dispensa de Licitação:</u> Art. 9º, inciso VI, do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE <u>Quantidade de aditivos assinados:</u> 02 <u>Valor inicial da contratação:</u> R\$ 200,00/mês <u>Último valor da contratação:</u> Reajuste de 3,9638%: R\$ 219,73 <u>Vigência:</u> 18/02/2016 <u>Contrato acompanhado por:</u> Coordenador do Escritório Regional do SEBRAE/SE em Nossa Senhora da Glória/SE</p>

Fonte: UASJUR – Unidade de Assessoria Jurídica

Para locação dos imóveis onde funcionam os Escritórios Regionais, o SEBRAE/SE, seguindo o disposto no Art. 9º, inciso VI do Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, procede da seguinte forma:

- avaliação do imóvel a ser locado;
- exposição de motivos apresentada pelo Coordenador do Escritório Regional;
- parecer da Unidade Jurídica e ratificação da autoridade competente, quanto ao valor da locação e dispensa da licitação.

Havendo reforma no imóvel, as despesas realizadas pelo SEBRAE/SE são abatidas do valor da locação. Tal fato aconteceu no contrato de locação do imóvel localizado na cidade de Estância/SE. As demais manutenções de rotina e os serviços públicos necessários ao funcionamento do escritório são suportados pelo SEBRAE/SE.

5.3 Gestão da tecnologia da informação

5.3.1 Principais sistemas de informações

Os principais sistemas de informação da UPC são apresentados no quadro abaixo:

Quadro 29 - Principais sistemas de informação

Sistema	Objetivo	Funcionalidade	Responsável técnico	Responsável de negócio	Criticidade
SIACweb	Registrar os atendimentos ao cliente realizados no SEBRAE/SE	Possui como funcionalidade principal alimentar o SME com as realizações dos indicadores de atendimentos prestados (está, gradativamente, sendo substituído pelo SAS)	Glauber Andrade	Adeilson Leite	Manter a versão em operação.
SAS	Registrar os atendimentos ao cliente realizados no SEBRAE/SE	Possui como funcionalidade principal alimentar o SME com as realizações dos indicadores de atendimentos prestados	Glauber Andrade	Aurélio Fernandes Vieira	Manter a versão em operação
CorporeRM – TOTVS	Sistema ERP utilizado pelo SEBRAE/SE tem por objetivo integrar as diferentes áreas da empresa. Dentre elas: fiscal, patrimonial, recursos humanos, contábil e financeira	Registrar todas as movimentações nas suas áreas de integração e alimentar o SME com as realizações.	Suporte nacional, coordenado pelo SEBRAE/NA	Sonia Maria dos Santos	Manter comunicação com suporte nacional.
ECM – TOTVS	Tem por objetivo principal a	O sistema é utilizado na informatização	Carlos Eduardo de Jesus	Maria Bethania	Garantia de integração.

	gestão de processos e de documentos integradas ao sistema ERP da TOTVS.	da central de compras do SEBRAE/SE e no processamento de viagens, acompanhamento de execução orçamentária e processos de recursos humanos		Moreno e outros	
SGC – Sistema de Gestão de Credenciados	Sistema utilizado na gestão de credenciados do SEBRAE.	Sua principal funcionalidade é a gestão das contratações de consultorias e instrutorias.	Suporte nacional, coordenado pelo SEBRAE/NA	Maria Bethania Moreno	Manter link de comunicação para suportar a operação.

Fonte: UTI – Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação

5.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

Há um PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação definido e elaborado, apresentado ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, formado por empregados do SEBRAE/SE **representante das Diretorias.**

O Comitê Gestor de TI foi criado em 2014 é um colegiado de caráter consultivo, sobre os assuntos especificamente submetidos à sua apreciação pela UTI e pelos Diretores. O Comitê Gestor de tecnologia da Informação do SEBRAE/SE se reúne bimestralmente e tem como objetivos:

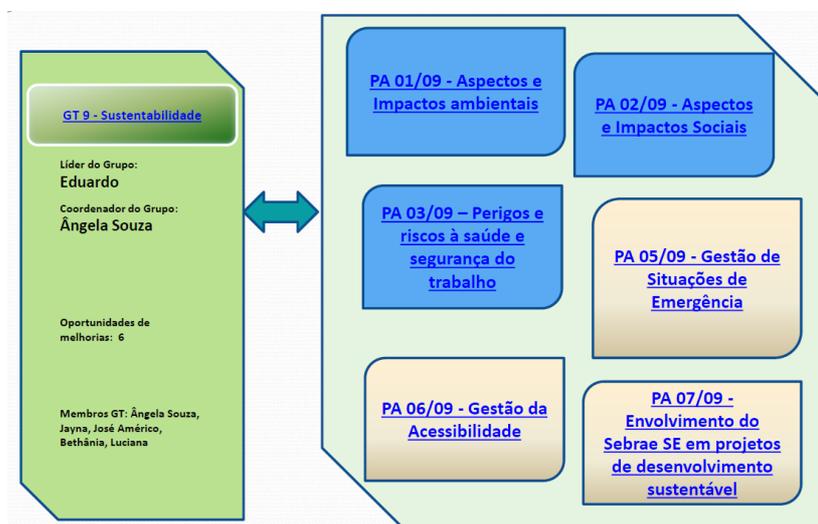
- I. Promover a utilização planejada e coordenada das aquisições e serviços de Tecnologia da Informação, para dar suporte às necessidades operacionais do SEBRAE/SE;
- II. Colaborar para que o SEBRAE/SE possa se adaptar rapidamente às mudanças de tecnologia ou de gestão e as novas demandas operacionais;
- III. Identificar e implementar, continuamente, oportunidades de melhoria de desempenho das atribuições do SEBRAE/SE; e
- IV. Promover o alinhamento das ações de tecnologia da informação às diretrizes estratégicas do SEBRAE/SE.

5.4 Gestão ambiental e sustentabilidade

Foi elaborada em 2016, dentro das ações do PMG do PSEG, uma proposta de política de sustentabilidade que foi submetida e aguarda aprovação da diretoria.

A sustentabilidade está sendo tratada dentro do PMG do PSEG com o GT 9, conforme a proposição da figura a seguir.

Figura 7 - PMG – Planos de Ação (PA) Critério Sustentabilidade



Para a elaboração do Plano de Sustentabilidade do SEBRAE foi realizado o diagnóstico de resíduos sólidos, a partir do qual proporemos as ações a serem realizadas no plano. Para 2016 será realizado o diagnóstico energético nas instalações da sede, para propor ações no Plano. O início da implantação das ações do plano aconteceu em 2016 com atualização do PPRA e PCMSO, Plano de Gestão Sustentável e sistemática estabelecida para tratar dos aspectos e impactos sociais.

5.4.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Em outubro de 2015 comissão designada para estudar uma política de sustentabilidade para o SEBRAE/SE apresentou à diretoria do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas em Sergipe – SEBRAE/SE, que tem como missão “Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo para fortalecer a economia de Sergipe e do Brasil”, o escopo de uma Política Socioambiental. Entre os aspectos ambientais presentes em suas atividades administrativas trazendo princípios e diretrizes ambientais a serem documentados, implementados, monitorados, verificados e atualizados com vistas a gestão ambiental e sua melhoria contínua.

A base legal aplicada ao sistema de gestão ambiental considera, no que couber, as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, incluindo normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Nos termos de referências e editais de compras o SEBRAE/SE já utiliza critérios de sustentabilidade, conforme está previsto dentro do PMG do PSEG.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 Canais de acesso do cidadão

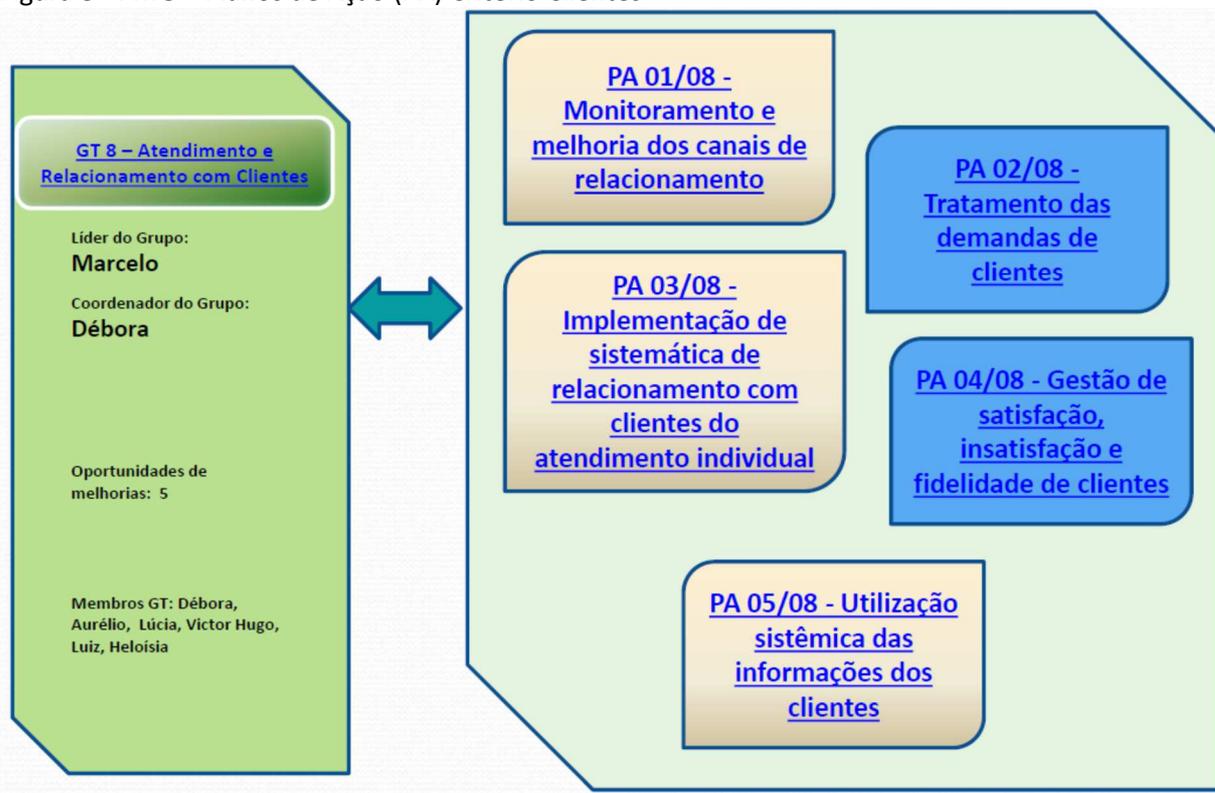
Como canais de relacionamento para acesso do cidadão e, em especial, o seu público-alvo o SEBRAE/SE teve disponível em 2016 os seguintes canais: acesso pessoal através da sua sede, escritórios regionais e Pontos do Empreendedor em parceria com prefeituras municipais com a Lei Geral implementada, portal web, central de relacionamento 0800, twite, facebook, Agência SEBRAE de Notícias e canal “fale com especialista”.

Como instância última de acesso tem a Ouvidoria SEBRAE que trata as demandas de serviços, sugestões, elogios, críticas, reclamações e denúncias formuladas à instituição. Foi implantada em 2012 em dimensão nacional e nos Estados tem-se a figura do interlocutor que recebe as demandas coletadas pela unidade central.

Com abrangência nacional e integrando a Assessoria da Presidência do Sebrae Nacional, atua de forma integrada e conta com 26 interlocutores nos Estados, além de uma Ouvidora e com um Assistente Técnico.

Dentro da execução do PMG – Plano de Melhoria de Gestão 2016-2018 no seu critério “Clientes” executa diversos planos de ação, dentre os quais o GT 8 – Atendimento e Relacionamento com Clientes, que afeta o cidadão.

Figura 8 - PMG – Planos de Ação (PA) Critério Clientes



6.2 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

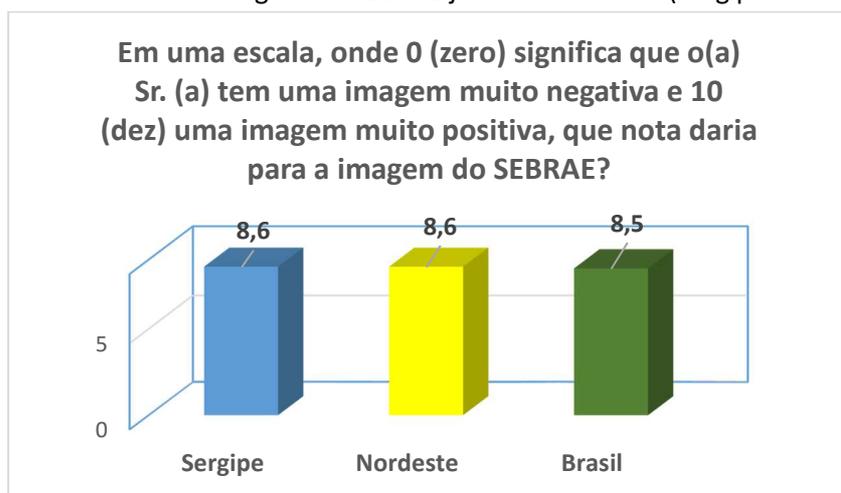
Esse item está relacionado ao Decreto 6.923/2009, que institui a necessidade de que os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal realizem, periodicamente, pesquisas de satisfação junto aos usuários de seus serviços e utilizem os resultados para reorientar e ajustar os serviços prestados, em especial no que se refere aos compromissos e padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Cidadão.

O SEBRAE/SE, por ser um Serviço Social Autônomo, constituído sob a forma de entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, desvinculado da entidade da administração pública, por força da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto 99.570, de 09 de outubro de 1990, não se enquadra como órgão ou entidade do Poder Executivo Federal, portanto não está sujeito ao regramento.

Entretanto o Sistema SEBRAE faz anualmente pesquisas junto ao público-alvo e, de modo mais abrangente, junto à sociedade avaliando a imagem da mesma, que em 2016 apresentou os resultados a seguir mostrados.

A pesquisa de imagem perante a sociedade apresentou os resultados do gráfico a seguir para notas numa escala de 0 a 10.

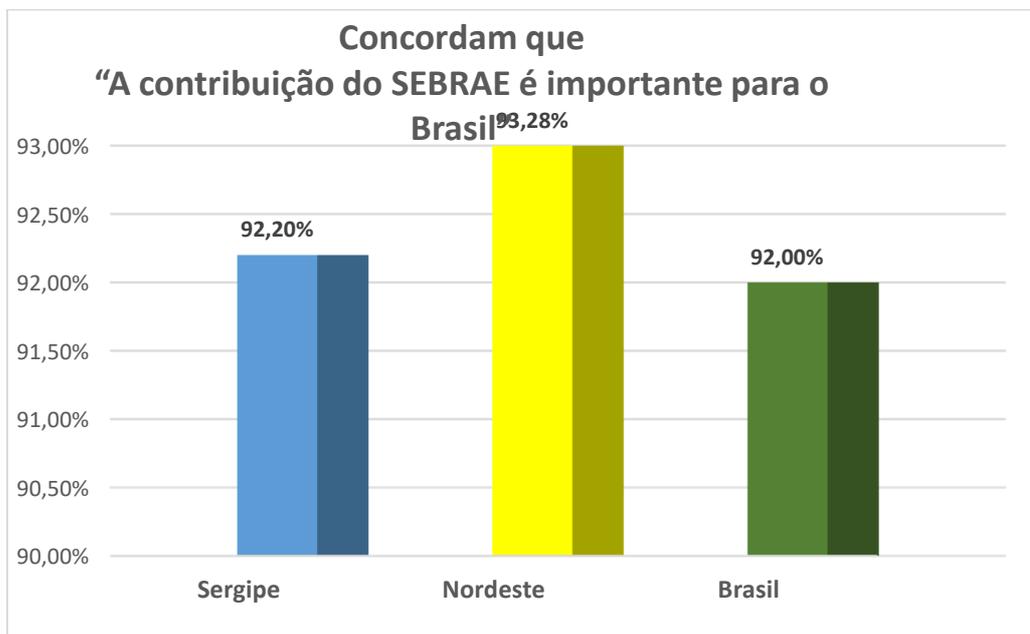
Gráfico 6 – Nota imagem do SEBRAE junto à sociedade (Sergipe x Nordeste x Brasil)



Fonte: Relatório Pesquisa – SEBRAE/NA

Na mesma pesquisa foi avaliada, entre outras, a percepção dos questionados quanto “A contribuição do SEBRAE é importante para o Brasil”, tendo no gráfico a seguir o resultado dos que concordam.

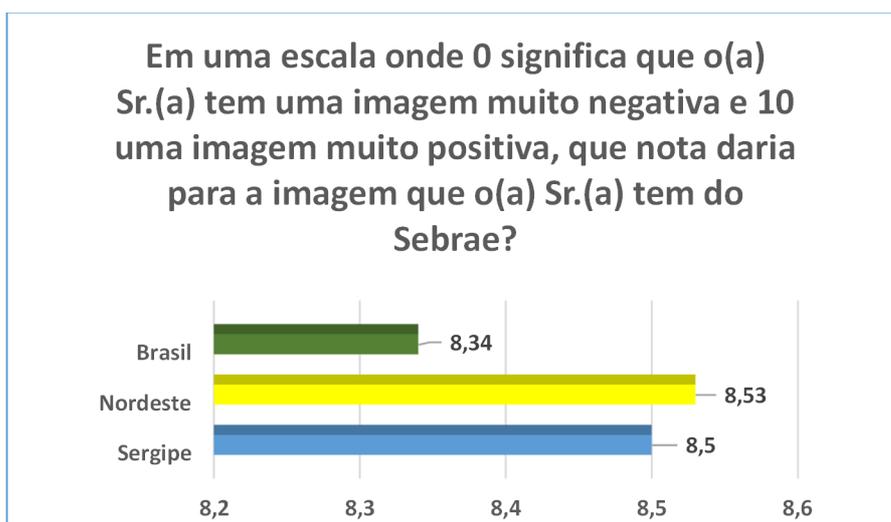
Gráfico 7 – A contribuição do SEBRAE para o Brasil (Sergipe x Nordeste x Brasil)



Fonte: Relatório Pesquisa – SEBRAE/NA

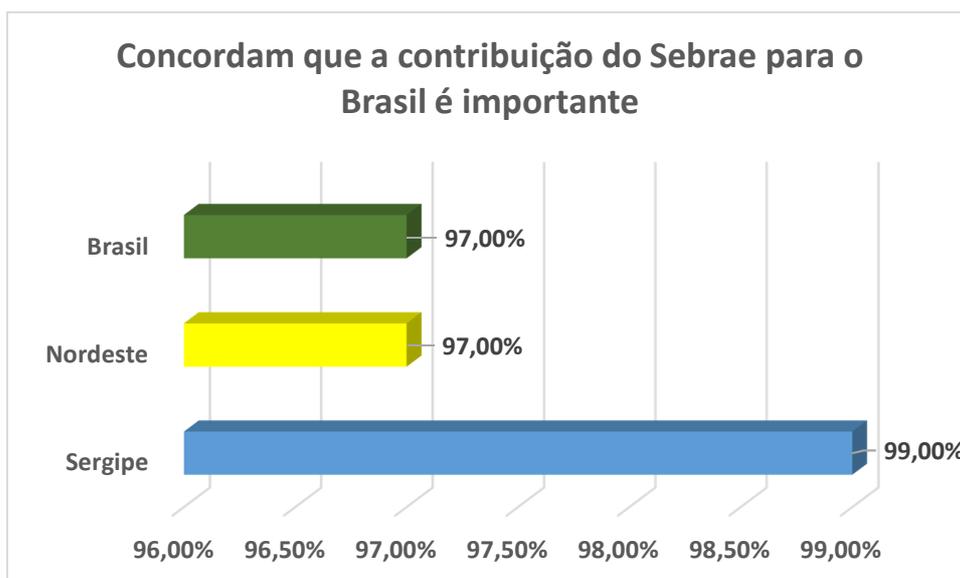
A pesquisa de imagem junto ao público-alvo, ou seja, os pequenos negócios, apresentou os resultados do gráfico a seguir para notas numa escala de 0 a 10.

Gráfico 8 – Nota imagem SEBRAE junto aos pequenos negócios (Sergipe x Nordeste x Brasil)



Fonte: Relatório Pesquisa – SEBRAE/NA

Gráfico 9 – A contribuição do SEBRAE para o Brasil (Sergipe x Nordeste x Brasil)



Fonte: Relatório Pesquisa – SEBRAE/NA

6.3 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da UPC

De acordo com o Art. 115, § 2 da Lei 12.708, de 17 de agosto de 2012, o SEBRAE Sergipe divulga no seu portal o contido no link:

[http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/se/transparencia?codUf=27,](http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/se/transparencia?codUf=27) conforme imagem.

Figura 9 – Transparência – Portal SEBRAE/SE

Sebrae em Sergipe

Busca: Digite aqui o que você procura Buscar

Recomendações de Busca: [CNPJ](#), [EAD](#), [Prêmio Mulher de Negócios](#) Busca avançada

Início Cursos e eventos Conteúdo **Sobre o Sebrae em Sergipe**

Sobre o Sebrae em Sergipe

Onde estamos

Licitações

Trabalhe Conosco

Transparência

Transparência

De acordo com o Art. 115, § 2 da Lei 12.708, de 17 de Agosto de 2012, o Sebrae Sergipe divulga:

Confira nossos arquivos de transparência:

Conselheiros Titulares e Suplentes	Baixar arquivo
Empregados	Baixar arquivo
Estrutura Remuneratória	Baixar arquivo
Balanco Orçamentário - Janeiro a Junho 2016	Baixar arquivo
Relatório de Gestão 2015 - Sebrae/SE	Baixar arquivo
Regimento Interno - Sebrae/SE	Baixar arquivo

No link do portal do SEBRAE Nacional

<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/Orçamento> tem-se o acesso às informações financeiras e outras do Sistema.

Figura 10 – Transparência – Portal SEBRAE Nacional

Orçamento do Sistema Sebrae

Para o Sebrae ser transparente é fundamental. Nesse sentido, transparência é manter disponíveis os dados sobre as atividades desenvolvidas, para que a sociedade possa saber onde e como foram aplicados os recursos geridos pela instituição.

O objetivo dessa página é dar transparência às atividades operacionais do Sebrae em seus processos de pagamentos, nas relações empresariais com seus fornecedores públicos e privados e nos processos de seleção pública.

Orçamento
Relatório de Gestão
Relação de Colaboradores
Fornecedores do Sebrae

Compartilhe nas redes sociais

Ano ▾ **Orçamento do Sistema Sebrae** Execução do orçamento consolidado Demonstração da execução por região/UF

Composição das Receitas - Região Sul 2016 BAIXAR ARQUIVO ↓	Composição das Receitas - Região Norte 2016 BAIXAR ARQUIVO ↓	Composição das Receitas - Região Nordeste 2016 BAIXAR ARQUIVO ↓
Composição das receitas e despesas do Sistema Sebrae 2016	Composição das Receitas - Região Sudeste 2016	Composição das Receitas e Despesas do Sebrae UF 2016

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Desempenho financeiro no exercício

Teve o SEBRAE/SE, apesar das dificuldades do ano de 2016, um bom desempenho financeiro, apresentando superávit de R\$ 1.929 mil e um patrimônio líquido de R\$ 18.884 mil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 9.747 mil e com um índice de liquidez corrente de 1,74, ou seja, R\$1,74 de disponível para cada R\$1,00 de obrigações.

O superávit obtido foi superior em R\$ 3.071 mil em relação ao de 2015 (déficit de R\$ 1.192 mil). O comportamento dos resultados, apesar da redução das receitas operacionais em R\$ 6.187 mil em relação a 2015, foi combatido com a boa gestão das despesas que foram reduzidas em R\$ 8.936 mil, permitindo o superávit registrado.

Os demonstrativos contábeis com suas notas explicativas, em anexo a partir da página 71, trazem mais evidências do desempenho financeiro da unidade.

7.2 Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

O SEBRAE/SE aplica no cálculo das depreciações os normativos vigentes, sendo os itens do ativo imobilizado depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro. A média das vidas úteis estimadas para o exercício 2016 foi a seguinte:

Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Utensílios e acessórios	10 anos
Equipamentos de informática	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

Outras informações e os valores com depreciação podem ser vistos nos documentos contábeis inseridos no e-Contas como parte do relatório final da auditoria independente.

7.3 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O SEBRAE procura manter compatibilidade conceitual das receitas e despesas orçamentárias com as contábeis (patrimoniais) ao utilizar o mesmo regime de competência contábil para as despesas e receitas correntes orçamentárias. Nesse sentido, o Sistema de Orçamento é utilizado como Sistema de Custos ao adotar o regime de competência para apurar o custo direto de projetos.

Para a apropriação do custo de pessoal e do custo administrativo, o SEBRAE Nacional desenvolveu regras próprias, definidas na seção 17 da Instrução Normativa de Execução Orçamentária e Financeira IN/37, que estão em implantação no âmbito do SEBRAE/SE.

O SME - Sistema de Monitoramento Estratégico é a ferramenta de “business intelligence” que acompanha toda a execução do orçamento lida a partir do sistema de gestão estratégia onde está registrado o orçamento e o sistema contábil onde é registrada a execução das despesas.

7.4 Demonstrações contábeis exigidas e notas explicativas

As demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota explicativa nº 10); instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalente de caixa (Nota explicativa nº 6); e o ativo de recursos garantidores da obrigação atuarial relativa à parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-emprego patrocinado pela Entidade (Nota explicativa nº 24).

As demonstrações contábeis e notas explicativas estão em apêndice a partir da página 71.

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Relativamente ao TCU tem-se pendentes os processos de nº 016.863/2015-1 (Processo apartado da PC 2013. “Aprovação pelo Sebrae/SE no exercício de 2012 do pagamento de bônus salarial, sem o estabelecimento prévio de metas a ele vinculadas”) e o de nº 016.059/2006-8 (Denúncia apresentada pela ouvidoria do TCU, irregularidades praticadas na gestão do Sr. José de Oliveira Guimarães, diretor superintendente do SEBRAE-SE, à época)

Quadro 30 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
016.863/2015-1	Sem deliberação			
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
SEBRAE/SE/ CDE – Antonio Carlos Francisco Araújo/ DIREX – Lauro Aurelio Vieira Sampaio Vasconcelos				
Descrição da determinação/recomendação				
Pelo Acórdão 3.394/2015 – TCU – 1ª Câmara do processo 028.035/2014-3 no item 1.7.3. “autorizar a Secex/SE a constituir processo apartado para exame da constatação relativa à aprovação, pelo Sebrae/SE no exercício de 2012, do pagamento de bônus salarial, sem o estabelecimento prévio de metas a ele vinculadas, para compensar atraso na implementação da remuneração variável, alertando para que sejam adotadas, no processo, as medidas necessárias para tratar eventuais desdobramentos relativos às contas da entidade”				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A questão, inclusive também objeto de recomendações apontadas pela CGU no Relatório nº 201408185 e questionamentos subsequentes de recuperação de bônus pagos aos funcionários está em ainda em processo (Processo TCU 016.863/2015-1), tendo como último despacho no exercício de 2016, extraído do e-TCU: (29/11/2016 - 09:00:22 Enviado para pronunciamento do MINISTRO Augusto Sherman por Secex-SE), sem julgamento.				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência

016.059/2006-8	6623/2013 – TCU – 2ª Câmara	9.2	Ofício	03/01/2014						
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação										
SEBRAE/SE / CDE / Gilson Silveira Figueiredo										
Descrição da determinação/recomendação										
<p><i>9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Gilson Silveira Figueiredo (126.978.185-53), nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', e 19 da Lei nº 8.443/1992, imputando-lhe o débito a seguir especificado, fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove o recolhimento, aos cofres do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Departamento Regional no Estado de Sergipe, da importância atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, a contar da data especificada até a data do efetivo recolhimento:</i></p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>RESPONSÁVEL</th> <th>VALOR (R\$)</th> <th>DATA</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td><i>GILSON SILVEIRA FIGUEIREDO</i></td> <td><i>23.736,29</i></td> <td><i>05/10/2004</i></td> </tr> </tbody> </table> <p><i>9.4. Aplicar ao Sr. Gilson Silveira Figueiredo multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com fundamento no artigo 57 da Lei nº 8.443/1992, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data da publicação do acórdão, em caso de recolhimento após o prazo concedido, na forma da legislação em vigor;</i></p>					RESPONSÁVEL	VALOR (R\$)	DATA	<i>GILSON SILVEIRA FIGUEIREDO</i>	<i>23.736,29</i>	<i>05/10/2004</i>
RESPONSÁVEL	VALOR (R\$)	DATA								
<i>GILSON SILVEIRA FIGUEIREDO</i>	<i>23.736,29</i>	<i>05/10/2004</i>								
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas										
<p>Referido Acórdão não transitou em julgado, considerando que se encontram pendentes Embargos de Declaração opostos pelo Sr. Gilson Silveira Figueiredo, tendo como último despacho no exercício de 2016, extraído do e-TCU: (22/06/2016 - 17:38:21 Documento Novos elementos/informações adicionais associados ao(s) recurso(s) R003 por Serur), sem julgamento. Assim, os valores a serem ressarcidos pelo Senhor Gilson Silveira Figueiredo, ainda não foram exigidos pelo SEBRAE/SE, uma vez que até final exercício 2016, o Acórdão nº 6623/2013 - TCU - 2ª Câmara não transitou em julgado, não havendo, portanto, valor constituído de forma líquida, certa e exigível, conforme estabelecido no Termo de Ajustamento de Conduta.</p>										

8.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

No exercício 2016 não houve solicitação de auditoria ou inspeção da CGU. Solicitações em monitoramento registradas no sistema MONITOR são referentes a 2015 e foram devidamente tratadas, conforme a seguir:

OS: 201408185 – Recomendação 135329 - Evitar a cessão de empregados para outras instituições e órgãos públicos ou privados quando não restar cabalmente demonstrada a compatibilidade das atribuições a serem desenvolvidas junto ao cessionário com os objetivos institucionais do Sebrae/SE e, notadamente, quando houver, em seu quadro de pessoal, vagas no mesmo cargo que ocupa o pretense cedido.

O empregado parte da constatação que gerou esta recomendação foi devolvido ao SEBRAE/SE em 15 de janeiro de 2015, cessando assim o fato gerador. Também não houve mais nenhuma cessão. Abaixo documento de devolução.



Riachuelo/SE, 15 de Janeiro de 2015

Ao Diretor Superintendente
Emanuel Silveira Sobral
SEBRAE/SE
Aracaju/SE

Senhor Diretor,

Tendo em vista o encerramento do período de cessão do empregado do SEBRAE/SE ao Município de Riachuelo/SE, Senhor ALDEBRANDO DE MENEZES LEITE, brasileiro, casado, portador do RG nº 520641 – SSP/SE, inscrito no CPF sob o nº 171.240.775-91, devolvemos o referido empregado ao SEBRAE/SE, a partir desta data, ao tempo em que apresentamos os nossos agradecimentos.

Atenciosamente,

Clesia Maria de Azevedo Santos
CLEZIA MARIA DE AZEVEDO SANTOS
Secretária da Administração do Município de Riachuelo/SE.



OS: 201408185 – Recomendação 135330 - Não autorizar o pagamento de bônus salarial ou congêneres sem o estabelecimento prévio de metas a ele vinculadas.

OS: 201408185 – Recomendação 135331 - Adotar providências para a recuperação dos recursos pagos a título de bônus salarial.

Estas recomendações são objeto também do processo 016.863/2015-1 – TCU ainda não julgado, como já exposto no item anterior deste relatório.

O acompanhamento das recomendações do Órgão de Controle Interno (CGU/CISET) e do TCU são de responsabilidade compartilhada das Unidade de Auditoria e Controle Interno e da Unidade de Assessoria Jurídica, dispendo-se dos acessos ao sistema informatizado dos órgãos de controle e, em estruturação interna a aplicação de ferramenta de monitoramento de auditorias, o teamAudit.

9 ANEXOS E APÊNDICES

9.1 Carta Meta 6

Carta da Presidência do SEBRAE/NA referente ao processo de verificação e validação da meta mobilizadora 6 - “Municípios com políticas de desenvolvimento institucionalizadas”.

De: Guilherme Afif Domingos

Enviada em: sexta-feira, 16 de dezembro de 2016 17:24

Assunto: Metas Mobilizadoras – Meta 6 - Ambiente de Negócios

Prezados Dirigentes,

Considerando a proximidade do encerramento de ano de 2016, estamos em fase de análise das evidências para cumprimento das metas organizacionais. No esforço de aprimorarmos o processo de aferição das metas, identificamos que as evidências apresentadas para a meta 6 merecem aprimoramentos. Tal medida vai ao encontro da recente recomendação do TCU, no âmbito do julgamento das Contas do Sebrae Nacional de 2014, no sentido de aperfeiçoarmos o controle e aferição das metas do Sistema Sebrae.

Dessa forma, informamos aos Sebrae/UF que o Sebrae Nacional entende que o cumprimento da meta 6, no que tange ao percentual de 30% de compras da merenda escolar de MPES, deverá se dar com as informações de 2016 inseridas pelos municípios no sistema do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, que somente serão publicadas em 2017.

Informamos ainda que, não serão aceitos dados referentes a 2015 e sim, os de 2016. Isso implicará em um atraso no pagamento de parte da remuneração variável dos colaboradores do Sebrae Nacional, mas quando for realizado, o faremos com a segurança requerida nesse processo.

Assim, traremos mais segurança para a Instituição e sua Diretoria Executiva no momento de aprovação das metas e pagamento da remuneração variável a elas atreladas.

Recomendamos que os Sebrae/UF também evitem futuros questionamentos dos órgãos de controle. Considerando que a base do FNDE decorre de declarações de gestores públicos, entendemos que os Sebrae/UF poderiam também aceitar as referidas declarações relativas ao ano de 2016, como evidência.

Atenciosamente,



Diretoria Executiva
Sebrae Nacional



9.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe **SEBRAE/SE**

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.269	8.069	Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	11	843	1.007
Valores a receber	7	1.596	1.051	Obrigações com convênios e contratos	12	-	165
Numerários vinculados a convênios e programas	8	43	236	Contas a pagar a fornecedores e outros	13	1.192	1.909
Adiantamentos concedidos		144	259	Obrigações trabalhistas	14	8.375	1.491
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	2.002	287	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	2.709	1.562
Outros créditos		812	141				
Total do ativo circulante		<u>22.866</u>	<u>10.043</u>	Total do passivo circulante		<u>13.119</u>	<u>6.134</u>
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas							
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Depósitos judiciais	15	25	54	Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	15	791	516
Imobilizado	10	12.714	13.597	Outras obrigações		2.811	89
Total do ativo não circulante		<u>12.739</u>	<u>13.651</u>	Total do passivo não circulante		<u>3.602</u>	<u>605</u>
				Total do passivo		<u>16.721</u>	<u>6.739</u>
				Patrimônio líquido	16		
				Superávits acumulados		7.554	8.516
				Superávit do exercício		1.929	(1.142)
				Ajustes de avaliação patrimonial		9.401	9.581
				Total do patrimônio líquido		<u>18.884</u>	<u>16.955</u>
Total do ativo		<u><u>35.605</u></u>	<u><u>23.694</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>35.605</u></u>	<u><u>23.694</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receitas			
Receitas com contribuição social (CSO e CSN)	17	42.038	47.231
Receitas de empresas beneficiadas	18	1.916	3.011
Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros	19	154	44
Outras receitas operacionais		<u>407</u>	<u>416</u>
Total das receitas		<u>44.515</u>	<u>50.702</u>
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas			
Despesas			
Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais	20	(24.254)	(16.483)
Despesas com serviços profissionais e contratados	21	(12.974)	(24.159)
Custos e despesas com operacionalização	22	(5.087)	(10.272)
Encargos diversos		(329)	(333)
Variações Monetárias Passivas		-	(12)
Despesas com provisões		(321)	(104)
Despesas com depreciação e amortização		(999)	(1.101)
Outras despesas operacionais		<u>(134)</u>	<u>(570)</u>
Total das despesas		<u>(44.098)</u>	<u>(53.034)</u>
(Déficit) superávit antes do resultado financeiro líquido		<u>417</u>	<u>(2.332)</u>
Receitas financeiras			
Receitas financeiras	23	1.587	1.271
Despesas financeiras	23	<u>(75)</u>	<u>(81)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>1.512</u>	<u>1.190</u>
(Déficit) superávit do exercício		<u>1.929</u>	<u>(1.142)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Superávit (déficit) do exercício	1.929	(1.142)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>1.929</u>	<u>(1.142)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)



	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do exercício	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	<u>4.856</u>	<u>3.480</u>	<u>9.761</u>	<u>18.097</u>
Incorporação do superávit do exercício anterior	3.480	(3.480)	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	180	-	(180)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>(1.142)</u>	<u>-</u>	<u>(1.142)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>8.516</u>	<u>(1.142)</u>	<u>9.581</u>	<u>16.955</u>
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas	(1.142)	1.142	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	180	-	(180)	-
Superávit do exercício	<u>-</u>	<u>1.929</u>	<u>-</u>	<u>1.929</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>7.554</u>	<u>1.929</u>	<u>9.401</u>	<u>18.884</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	1.929	(1.142)
Ajustes para:		
Depreciação	1.000	1.101
Valor residual do ativo imobilizado baixad	54	-
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	275	(104)
	<u>3.258</u>	<u>(145)</u>
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas		
Redução (aumento) nos ativos		
Valores a receber	(545)	(126)
Numerários vinculados a convênios e programas	193	(160)
Adiantamentos concedidos	115	(29)
Créditos com o Sistema SEBRAE	(1.715)	(286)
Outros créditos	(671)	376
Depósitos judiciais	29	(2)
	<u>(2.594)</u>	<u>(227)</u>
Aumento (redução) nos passivos		
Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais	(164)	188
Obrigações com convênios e contratos	(165)	138
Contas a pagar a fornecedores e outros	(717)	587
Obrigações trabalhistas	6.884	(250)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	1.147	337
Obrigações fiscais	-	(11)
Outras obrigações	2.722	-
	<u>9.707</u>	<u>989</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>10.371</u>	<u>617</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(171)	(186)
Fluxo de caixa (utilizados nas) proveniente das atividades de investimento	<u>(171)</u>	<u>(186)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	10.200	431
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	8.069	7.638
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>18.269</u>	<u>8.069</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe (“SEBRAE/SE” ou “Entidade”) é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por estatuto, constituída em 5 de novembro de 1975, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento. A Sede da Entidade está localizada à Av. Tancredo Neves, nº 5.500, bairro América, município de Aracaju, estado de Sergipe.

O âmbito de atuação do SEBRAE/SE constitui-se no apoio às micro e pequenas empresas do estado de Sergipe, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/SE recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá, eventualmente, promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- Banco do Brasil S/A;
- Banco do Estado de Sergipe;
- Caixa Econômica Federal;
- Câmara de Dirigentes Lojistas de Aracaju - CDL;
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL;
- Instituto de Tecnologia e Pesquisa do Estado de Sergipe - ITPS;
- Federação das Associações Comerciais e Industriais Agropastoris de Sergipe - FACIASE;
- Federação da Agricultura do Estado de Sergipe - FAESE;
- Federação do Comércio do Estado de Sergipe - FECOMÉRCIO/SE;

- Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Sergipe - FCDL;
- Federação das Indústrias do Estado de Sergipe - FIES;
- Outras unidades do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, bem como o SEBRAE Nacional;
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia - SEDETEC;
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC; e
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

O SEBRAE/SE é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de rendas fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/97, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente aquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o SEBRAE sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª. Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª. instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da COFINS de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos Técnicos (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Nota explicativa nº 10); instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalente de caixa (Nota explicativa nº 6); e o ativo de recursos garantidores da obrigação atuarial relativa à parcela de benefício definido do Plano de Benefícios Pós-emprego patrocinado pela Entidade (Nota explicativa nº 24).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que o Sebrae/SE conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas de CSO/CSN já aprovadas pelo CDN para os exercícios de 2017/2018. A CSO/CSN representam mais de 80% das receitas da Entidade.

O Sebrae/SE apresentou superávit de R\$ 18.883 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 9.746.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Diretoria Executiva/Superintendência da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2016 .

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo dos ativos financeiros (Nota explicativa nº 6), vida útil do ativo imobilizado (Nota explicativa nº 10), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota explicativa nº 15) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria e demais benefícios de risco relativos a planos de benefícios pós-emprego (Nota explicativa nº 24).

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre

as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (informações adicionais estão divulgadas na Nota explicativa nº 24).

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais. (Informações adicionais estão divulgadas na Nota explicativa nº 15).

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua, pelo menos anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

5 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de Contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês de sua competência (Nota

explicativa nº 17). Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição Social Nacional - CSN são relacionadas com a execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriadas a partir da execução dos projetos (Nota Explicativa nº 17).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 18).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 19).

b. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras compreendem basicamente receitas de juros, oriundas de aplicações financeiras e variações cambiais ativas e passivas. As receitas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

c. Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os seus ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: valores a receber, numerários vinculados a convênios e programas, adiantamentos concedidos, créditos com o sistema SEBRAE e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota explicativa nº 6).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: obrigações com convênio e contratos, contas a pagar a fornecedores e outros, e obrigações com o sistema SEBRAE.

Contas a pagar a fornecedores e outros

As contas a pagar a fornecedores e outros são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 13).

d. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota explicativa nº 10).

Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído).

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

A média das vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	50 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos

Utensílios e acessórios	10 anos
Equipamentos de informática	10 anos
Veículos	5 anos
Instalações	10 anos

f. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos (Nota explicativa nº 15).

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável (Nota explicativa nº 11).

Benefícios pós-emprego

A Entidade é uma das patrocinadoras solidárias do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência - Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas, exceto pelo risco vinculado à projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual a Entidade reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, a Entidade contrata anualmente um atuário qualificado (Nota explicativa nº 24).

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Bancos (i)	79	125
Aplicações financeiras (ii)	<u>18.190</u>	<u>7.944</u>
	<u>18.269</u>	<u>8.069</u>

- (i) São disponibilidades imediatas em contas-correntes bancárias, cujas posições, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, se encontram a seguir descritas:

	2016	2015
Banco do Brasil	4	1
Banco do Nordeste	18	24
Banese	47	90
Caixa Econômica Federal	<u>10</u>	<u>10</u>
	<u>79</u>	<u>125</u>

- (ii) Representam aplicações financeiras de liquidez imediata destinadas à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	Taxa média de juos	2016	2015
Banco do Brasil	CDB	11,28 % a.a.	11.454	2.449
BNB	CDB	12,66% a.a	1.924	-
Caixa Econômica Federal	FIF Milênio	12,63 % a.a.	4.829	5.509
Provisão para IRRF (*)			<u>(17)</u>	<u>(14)</u>
			<u>18.190</u>	<u>7.944</u>

- (*) Refere-se à estimativa da provisão de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras.

7 Valores a receber

	2016	2015
Créditos a receber	<u>1.596</u>	<u>1.051</u>

Créditos referentes às operações de prestação de serviços de cursos, consultorias, palestras, elaboração de projetos e realização de feiras e eventos.

8 Numerários vinculados a convênios e programas

	2016	2015
Contas Correntes - Banco do Brasil	2	2
Aplicações Financeiras - Banco do Brasil	<u>41</u>	<u>234</u>
	<u>43</u>	<u>236</u>

Correspondem a recursos financeiros vinculados aos programas, projetos e convênios sob execução do SEBRAE/SE, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/SE. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com convênios e contratos”, e detalhada na Nota explicativa nº 12.

9 Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Quaisquer entidades integrantes do Sistema SEBRAE;
- Pessoal chave da Administração; e
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

Os saldos e transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

	2016	2015
Recursos de CSN a receber	59	285
Recursos Ordinários a receber	1.943	-
CSO - Ressarcimentos a receber	-	2
	<u>2.002</u>	<u>287</u>

Não há incidência de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

Configuração da obrigação corrente, a partir da vigência da IN 37 alterada em julho de 2016, do SEBRAE Nacional perante aos SEBRAEs regionais de repasse de quaisquer recursos de CSO - Saldo ainda não repassados e apurados de acordo com a sistemática vigente anteriormente.

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no ativo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor de R\$ 2.002 mil, sendo que a liquidação financeira ocorrerá nos meses subsequentes até o mês de janeiro de 2017.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

	2016	2015
CSN a devolver (i)	1.125	1.454
Adiantamentos com o Sebrae/NA (ii)	1.584	108
	<u>1.125</u>	<u>1.454</u>

(i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais - CSN”, recebidos e ainda não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-15, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME).

(ii) Nesta rubrica são registradas os adiantamentos com o SEBRAE/NA, relativas aos recursos de de CSN não executada no exercício de 2016.

Em 6 de julho de 2016, o SEBRAE Nacional emitiu nova redação para a IN 37, normativo que trata sobre os critérios e procedimentos da execução orçamentária e financeira no âmbito do Sistema SEBRAE. As alterações estão suportadas pela Nota Técnica UGOC nº 09/2016, de 6 de junho de 2016, aprovada pela Diretoria do SEBRAE Nacional, e que produziu, resumidamente, a seguinte alteração: Eliminação da regra de transferência de recursos CSO aos SEBRAEs estaduais com base na capacidade de execução de gastos (90%) e mediante valores previamente orçados, passando a ser com base nos valores efetivamente arrecadados e transferidos pela Receita Federal do Brasil ao SEBRAE Nacional. Essa nova sistemática de repasse passou a valer da data de aprovação da IN 37 em julho de 2016, porém, com referência desde a data-base de janeiro de 2016. Consequentemente, também, passou a ser eliminada, a partir do exercício do 2016, a figura de CSO - Saldo (eventual diferença positiva entre os valores arrecadados e não repassados pelo SEBRAE Nacional aos SEBRAEs regionais, cujos repasses eram condicionados a eventos futuros).

Assim, estas demonstrações financeiras contemplam o registro no passivo circulante (Transações com o Sistema SEBRAE) do valor de R\$ 1.125 mil, considerando que os repasses efetuados anteriormente, desde janeiro de 2016, haviam ocorrido a maior com relação ao efetivamente arrecadado. A liquidação desses valores dar-se-á no mês de janeiro de 2017.

c. Transações de resultado

	2016	2015
Contribuição Social Ordinária (CSO)	33.140	29.989
Contribuição Social Ordinária (CSO) - Saldo	2.622	2.078
Contribuição Social Ordinária - Ressarcimentos	-	73
Contribuição Social Nacional (CSN)	<u>6.276</u>	<u>15.091</u>
	<u>42.038</u>	<u>47.231</u>

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos à diretores

A Entidade não concede empréstimos para diretores e ou outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e da Diretoria Executiva. De acordo com o art. 9º., inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. do Estatuto Social do SEBRAE/SE é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional - CDN e Estadual - CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva. A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

	2016	2015
Remuneração	985	983
Benefícios	<u>97</u>	<u>85</u>
	<u>1.082</u>	<u>1.068</u>

10 Ativo imobilizado

A seguir a movimentação do ativo imobilizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	Saldo em 31/12/2015	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Custo				
Terreno	6.264	-		6.264
Edificações	8.849	-		8.849
Móveis e utensílios	913	34		947

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Veículos e acessórios	728	-	(458)	270
Máquinas e equipamentos	1.057	50		1.107
Equipamentos de informática	3.205	82		3.287
Instalações	248	5		253
Obras de arte	48	-		48
Bens de terceiros	281	-		281
Total do custo	21.593	171	(458)	21.306
Depreciação acumulada				
Edificações	(3.527)	(354)		(3.881)
Móveis e utensílios	(520)	(45)		(565)
Veículos e acessórios	(584)	(23)	404	(203)
Máquinas e equipamentos	(524)	(74)		(598)
Equipamentos de informática	(2.394)	(484)		(2.878)
Instalações	(166)	(20)		(186)
Bens de terceiros	(281)	-		(281)
Total da depreciação acumulada	(7.996)	(1.000)	404	(8.592)
Total líquido	13.597	(828)	(55)	12.714

	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Saldo em 31/12/2015
Custo			
Terreno	6.264	-	6.264
Edificações	8.849	-	8.849
Móveis e utensílios	894	19	913
Veículos e acessórios	720	8	728
Máquinas e equipamentos	999	58	1.057
Equipamentos de informática	3.136	69	3.205
Instalações	225	23	248
Obras de arte	39	9	48
Bens de terceiros	281	-	281
Total do custo	21.407	186	21.593
Depreciação acumulada			
Edificações	(3.173)	(354)	(3.527)
Móveis e utensílios	(477)	(43)	(520)
Veículos e acessórios	(544)	(40)	(584)
Máquinas e equipamentos	(458)	(66)	(524)
Equipamentos de informática	(1.818)	(576)	(2.394)
Instalações	(144)	(22)	(166)
Bens de terceiros	(281)	-	(281)
Total da depreciação acumulada	(6.895)	(1.101)	(7.996)
Total líquido	14.512	(915)	13.597

11 Benefícios a empregados de curto prazo e obrigações fiscais

	2016	2015
Obrigações fiscais a recolher	424	561
Encargos sociais a recolher	419	446
Remuneração a pagar	-	-
	843	1.007

12 Obrigações com convênios e contratos

	2016	2015
Convênio Cooperforte Artesanato	-	15
Convênio FECOMÉRCIO	-	7
Convênio Cooperforte Lagarto	-	5
Convênio 02/2013 EMSETUR ABIH	-	123
Convênio UNICRED	-	15
	-	165

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

13 Contas a pagar a fornecedores e outros

	2016	2015
Fornecedores	1.119	1.234
Depósitos e cauções	73	22
Outras obrigações	-	653
	1.192	1.909

14 Obrigações trabalhistas

	2016	2015
Férias e encargos (i)	1.537	1.491
13º Salário e encargos (ii)	-	-
Plano de desligamento incentivado (iv)	6.151	-
Remuneração variável (iii)	687	-
	8.375	1.491

(iii) Corresponde às provisões de férias e os respectivos encargos sociais pertinentes, constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro de pessoal até a data do balanço.

(iv) Corresponde ao FGTS do 13º salário a ser pago em janeiro de 2017.

(iii) A remuneração variável será calculada tendo como base o desempenho geral do SEBRAE/SE, desempenho da equipe e o desempenho individual de cada colaborador.

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

Tipo de resultados que compõem o cálculo da remuneração variável	% de participação
Resultados organizacionais do SEBRAE/SE	50% de uma remuneração
Resultados da equipe	30% de uma remuneração
Resultados individuais	20% de uma remuneração
Total	100% de uma remuneração

Provisão para pagamento do Programa de Melhoria Organizacional. Em 19 de outubro de 2016, por meio da Resolução DIREX nº. 06/2016 foi instituído o Programa de desligamento incentivado. Com base nas adesões, o SEBRAE/SE constituiu obrigações com base em estimativa no montante de R\$ 6.151. As quitações ocorrerão no período de fevereiro a junho de 2017.

15 Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/SE como risco “provável” de perda:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	2016	2015	2016	2015
Riscos trabalhistas	25	54	197	-
Riscos cíveis	-	-	120	100
Riscos fiscais	-	-	85	85
COFINS	-	-	389	331
	<u>25</u>	<u>54</u>	<u>791</u>	<u>516</u>

A movimentação do saldo da provisão para perdas em processos judiciais pode ser demonstrada como segue:

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Trabalhistas	-	197	-	197
Cíveis	100	20	-	120
Fiscais	85	-	-	85
COFINS	331	58	-	389
	<u>516</u>	<u>275</u>	<u>-</u>	<u>791</u>

O SEBRAE/SE possui ainda o valor de R\$ 48 (R\$ 108 em 31 de dezembro de 2015), relativo à processos de natureza trabalhista classificados pela assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras.

16 Patrimônio líquido

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados, bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávit (déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pela conta de superávits (déficits) acumulados.

17 Receitas com contribuição social

	2016	2015
Contribuição Social Ordinária - CSO (a)	33.140	29.989
Contribuição Social Ordinária - Saldo (CSO saldo) (b)	2.622	2.078
Contribuição Social Ordinária - Ressarcimentos (c)	-	73
Contribuição Social do Nacional - CSN (d)	6.276	15.091
	<u>42.038</u>	<u>47.231</u>

- (a) Contribuição Social Ordinária (CSO)
Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.
- (b) Contribuição Social Ordinária - Saldo (CSO saldo)
São alocadas as receitas incorporadas na programação do exercício oriundas de saldos orçamentários de exercícios anteriores.
- (c) Contribuição Social Ordinária - Ressarcimentos
São alocadas as receitas de crédito orçamentário estimado para cobrir futuras despesas de viagens patrocinadas pelas unidades do SEBRAE/NA.
- (d) Contribuição Social Nacional (CSN)
São alocadas as receitas a título de contribuição de programação adicional transferidas pelo SEBRAE/NA de competência do exercício corrente. Estão diretamente vinculadas à execução de projetos finalísticos, dessa forma, o reconhecimento da receita é efetuado à medida que as correspondentes despesas são incorridas.

18 Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

	2016	2015
Treinamentos	375	293
Consultoria	1.458	1.700
Feiras	83	1.012
Elaboração de projetos	-	6
	<u>1.916</u>	<u>3.011</u>

A redução do montante é decorrente do menor número de ações executadas pelo SEBRAE/SE no exercício de 2016.

19 Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/SE.

	2016	2015
Convênio UNICRED	15	-
Convênio EMSETUR ABIH 01/2015	139	44
	<u>154</u>	<u>44</u>

20 Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais

	2016	2015
Salário e proventos	(9.279)	(8.527)
13º. Salário	(782)	(767)
Férias	(1.035)	(1.075)
Gastos com PDI e outros gastos	(6.689)	(439)
Encargos sociais	(3.281)	(3.275)
Benefícios sociais	(3.188)	(2.400)
	<u>(24.254)</u>	<u>(16.483)</u>

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento. O aumento ocorrido no grupo foi decorrente dos seguintes principais fatores:

- Reajuste de 8%, concedido através de acordo coletivo, que majorou salários do corpo funcional e da diretoria executiva, gratificações de gerentes, secretárias e assessores a partir de 1º de abril de 2015; e
- Constituição da provisão para pagamento do programa de melhoria organizacional e provisão da remuneração variável tendo como base o desempenho geral do SEBRAE/SE, o desempenho de cada equipe e o desempenho individual.

21 Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (pessoa jurídica e pessoa física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais sobre serviços prestados.

	2016	2015
Instrutoria e consultoria (a)	(7.003)	(13.273)
Serviços técnicos e especializados	(2.089)	(2.524)
Manutenção, segurança e limpeza	(1.715)	(1.860)
Demais serviços contratados (b)	(1.884)	(6.046)
Encargos sociais sobre serviços de terceiros	(283)	(456)
	<u>(12.974)</u>	<u>(24.159)</u>

A redução no período deve-se ao menor número de ações executadas pelo SEBRAE/SE no exercício de 2016.

- Esse grupo de despesas engloba os serviços prestados por empresas de consultorias e instrutorias credenciadas por editais..
- Essas despesas estão relacionadas com organização e promoção de eventos, locação de mão de obra, bolsa auxílio de estagiários, e outros serviços contratados.

22 Custos e despesas com operacionalização

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

	2016	2015
Despesa de viagem	(1.210)	(3.360)
Aluguéis e encargos	(1.480)	(2.382)
Divulgação, anúncios, publicidade e propaganda	(255)	(903)
Serviços gráficos e de reprodução	(567)	(1.103)
Serviço de comunicação em geral	(308)	(335)
Materiais de consumo	(689)	(1.484)
Demais custo e despesas gerais	(578)	(705)
	<u>(5.087)</u>	<u>(10.272)</u>

23 Resultado financeiro líquido

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendimentos recursos ordinários	381	210
Rendimentos recursos próprios	837	682
Rendimentos recursos adicionais	369	379
Subtotal	1.587	1.271
Despesas financeiras		
Outras despesas	(75)	(81)
Subtotal	(75)	(81)
Total receita financeira líquida	<u>1.512</u>	<u>1.190</u>

24 Benefícios a empregados pós-emprego

24.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5.h, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Abono anual;
- Pensão por morte; e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez; e
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE/SE contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

	2016	2015
Valor justo dos ativos do Plano	94	81
Valor presente das obrigações atuariais	<u>(31)</u>	<u>(31)</u>
Superávit	<u>63</u>	<u>50</u>

Observado a avaliação atuarial do exercício de 2016 em conformidade com o CPC 33 (R1) e verificada a inexistência de passivo atuarial bem como de benefícios econômicos para o Patrocinador, não há reconhecimento de provisão de despesas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

As contribuições dos participantes e do patrocinador nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram:

Contribuições	2016	2015
Participantes	<u>1.710</u>	<u>1.136</u>
Básica	755	517
Serviços passados	177	140
Voluntárias	778	479
Patrocinador	<u>3.437</u>	<u>3.191</u>
Básica	3.351	3.114
Benefícios de risco	<u>86</u>	<u>77</u>
	<u>5.147</u>	<u>4.327</u>

24.2 Reconhecimento das obrigações atuariais e contribuição do plano

Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	2016	2015
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	(31)	(32)
Custos do serviço corrente e juros	(7)	(6)
Perdas (ganhos) atuariais em outros resultados abrangentes	<u>7</u>	<u>7</u>
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	<u>(31)</u>	<u>(31)</u>

Movimentação no valor justo dos ativos do plano

*Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Sergipe - SEBRAE/SE
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015*

	2016	2015
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	81	65
Contribuições pagas ao plano	9	9
Retorno esperado dos ativos do plano	14	34
(Perdas) atuariais em outros resultados abrangentes	(10)	(27)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	94	81

Despesa reconhecida no resultado

	2016	2015
Custo do serviço corrente	4	3
Efeito do limite de ativo	(3)	13
Retorno esperado dos ativos do plano	14	34
	15	50

Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas na data do relatório são:

	2016	2015
Taxa de juros de desconto atuarial anual	11,16% a.a	12,76% a.a
Projeção de crescimento real de salário	2,20% a.a	2,16% a.a
Taxa de inflação média anual	4,69% a.a	5,00% a.a
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,16% a.a	12,76% a.a

Premissas relacionadas à mortalidade são baseadas em tábuas de mortalidade divulgadas a seguir:

	2016	2015
Taxa de rotatividade	4,58%	3,95%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT -2000 M e F Desag10%	AT -2000 M e F Desag10%
Tábua mortalidade/ sobrevivência de inválidos	UP 94 – M eF	50% UP M + 50% UP F
Tábua de entrada em invalidez	Tasa 1927 MeF	Tasa 1927 MeF
Tábua de mortalidade/sobrevivência de aposentados	AT-2000 M e F Desag10%	AT-2000 M e F Desag10%

O cálculo da obrigação referente aos benefícios de risco é sensível às premissas de mortalidade e entrada em invalidez descritas acima. Como as estimativas atuariais de mortalidade e invalidez são refinadas ano a ano, o aumento de um ano na expectativa de vida ou entrada em invalidez mostradas anteriormente são consideradas como sendo razoavelmente possíveis no próximo exercício.

25 Instrumentos financeiros - Gestão de riscos

Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e

- Risco de mercado (taxa de juros).

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento);
- Valores a receber;
- Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais; e
- Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimento que são representados relevantemente por títulos públicos federais. Outros recebíveis são decorrentes de transação com o próprio sistema SEBRAE, cujo risco de crédito produz efeitos imateriais.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2016	2014
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.269	8.069
Valores a receber	7	1.596	1.051
Numerários vinculados a convênios e programas	8	43	236
Adiantamentos concedidos		144	259
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	2.002	287
Outros créditos		812	141

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Acima de um ano
Em 31 de dezembro de 2016		
Contas a pagar e fornecedores e outros	1.192	-
Obrigações trabalhistas	8.375	-
Obrigações com o sistema Sebrae	2.709	-
Outras obrigações	-	2.811
	12.276	2.811
Em 31 de dezembro de 2015		
Contas a pagar e fornecedores e outros	1.909	-
Obrigações trabalhistas	1.491	-
Obrigações com o sistema Sebrae	1.562	-
Outras obrigações	89	-
	5.051	-

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 6, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade

Por não está exposta significativamente aos riscos de taxa de câmbio e risco de taxa de juros nas suas operações passivas, a Entidade entende ser desnecessário a apresentação de uma análise sensibilidade.

Análise de sensibilidade

Conforme disposto no item 40 do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o SEBRAE/UF desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros da Entidade (Nota Explicativa nº X) que estão sujeitos às oscilações nas taxas DI, os quais, conforme informações de empresa terceirizada contratada, não estão sujeitos às oscilações nas taxas de TJLP e IGP-M. A Entidade estima com base na taxa futura da BOVESPA que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa DI será de 10,25% no ano. A Entidade fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados

advindos de uma baixa nas taxas de 10% e 20% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

	Exposição	Cenários projetados - Base 31/12/2018		
		Provável	Possível - 10%	Remoto - 20%
Baixa da variação da taxa DI		<u>9,00%</u>	<u>8,10%</u>	<u>7,20%</u>
18.190		<u>1.637</u>	<u>1.473</u>	<u>1.310</u>
Efeito da variação da taxa DI		<u>9,02%</u>	<u>8,12%</u>	<u>7,22%</u>
		Cenários projetados - Base 31/12/2017		
		Provável	Possível - 10%	Remoto - 20%
Baixa da variação da taxa DI	Exposição	<u>10,25%</u>	<u>9,22%</u>	<u>8,20%</u>
18.190		<u>1.864</u>	<u>1.677</u>	<u>1.492</u>
Efeito da variação da taxa DI		<u>10,27%</u>	<u>9,25%</u>	<u>8,22%</u>
Impactos no resultado			31/12/2018	31/12/2017
Cenário possível - Cenário provável DI			<u>(164)</u>	<u>(186)</u>
Cenário remoto - Cenário provável DI			<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>(327)</u>	<u>(373)</u>

26 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 14.300 para imóveis, R\$ 69 para veículos e R\$ 3.000 de responsabilidade civil para a Entidade.

Os bens móveis e imóveis compostos por equipamentos, máquinas, móveis e utensílios e demais instalações relacionadas aos prédios administrativos, componentes do ativo imobilizado, conforme os critérios de riscos constantes do relatório técnico estão cobertos até 10 de setembro de 2017, por contrato de seguro para riscos nomeados contra incêndio, raio, explosão e danos elétricos.